

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**BRENDA CAROLINA CARDOSO DOMINGOS**

**QUALIDADE DE VIDA DA MULHER IDOSA CHEFE DE FAMÍLIA EM UM  
PROGRAMA DE HABITAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

**CAMPINAS  
2020**

BRENDA CAROLINA CARDOSO DOMINGOS

**QUALIDADE DE VIDA DA MULHER IDOSA CHEFE DE FAMÍLIA EM UM  
PROGRAMA DE HABITAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jeanete Liasch Martins de Sá

CAMPINAS

2020

BRENDA CAROLINA CARDOSO DOMINGOS

**QUALIDADE DE VIDA DA MULHER IDOSA CHEFE DE FAMÍLIA EM UM  
PROGRAMA DE HABITAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jeanete Liasch Martins de Sá

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jeanete Liasch Martins de Sá

---

Professor(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Maria Caio

---

Professor(a)/Assistente Social: Kely Cristina Barbosa  
CRESS : 29715

Campinas, \_\_\_\_ de dezembro de 2020.

Dedico este trabalho aos moradores participantes do MCMV, e a toda a população que clamam por emancipação humana! Todos que clamam por dias melhores, por Educação de qualidade, Justiça social, Liberdade, Soberania, mas, sobretudo, Moradia digna e Paz!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela minha vida e por me dar forças para ultrapassar todos os obstáculos encontrados durante a minha graduação.

Aos meus pais e minha irmã que sempre me apoiaram e me incentivaram nos momentos difíceis e nunca me deixaram desistir.

Agradeço também a minha vizinha Renata por todo apoio que ela me deu durante todo esse período.

Às minhas amigas que a graduação me deu Michelle Cristina, Andrea Rios e Mikaelle Bonfim que sempre estiveram comigo me apoiando, incentivando e compartilhando ótimos momentos que serão sempre lembrados.

Aos meus professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação acadêmica, mas em especial a minha professora e orientadora Jeanete Liasch que foi fundamental nessa parte final que nunca desistiu de mim e sempre me apoiando a dar o meu melhor.

## RESUMO

Diante da realidade que se caracteriza pelas transformações demográficas iniciadas no último século, e que nos fazem observar um cenário populacional cada vez mais envelhecido, alude nesse mesmo contexto uma necessidade de se pensar no direcionamento das políticas públicas para esse corte populacional. A preocupação com o envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre do fato de se encarar esse grupo como dependente e vulnerável, não só do ponto de vista econômico, como também de debilidades físicas. Nesse sentido, o presente trabalho propõe analisar os impactos na qualidade de vida das mulheres idosas chefes de família de Campinas, após a contemplação pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida – MCMV, levando em consideração o sentido por elas atribuído ao acesso a esta e outras políticas de inclusão social. Busca, então, compreender a inserção da mulher idosa na família e na sociedade, problematizando a relação entre envelhecimento, qualidade de vida e políticas sociais. Considera as dimensões da vida das idosas e suas impressões acerca da saúde, renda, participação na atividade econômica e arranjos familiares. Foram entrevistadas mulheres idosas chefes de família, a partir dos sessenta anos, conforme o corte etário utilizado pela Política Nacional do Idoso. O resultado da pesquisa aponta para um sentimento de segregação das mulheres, que ficam restritas ao território, a ruptura com a rede de apoio e os impactos na convivência familiar. Conclui-se que a política de habitação necessita de uma agenda política, capaz de elaborar as políticas públicas na sua integralidade.

**Palavras-chave:** Envelhecimento Demográfico - Qualidade de Vida - Mulher idosa - Chefe de família - Política de Habitação

## **ABSTRACT**

In view of the reality that is characterized by the demographic transformations that began in the last century, and that make us observe an increasingly aging population scenario, it alludes in this same context to a need to think about the direction of public policies for this population cut. The present work proposes to analyze the changes in the living conditions of elderly women heads of families in Campinas, after contemplating the MCMV, taking into account the feeling and insertion in other social inclusion policies. It seeks to analyze the insertion of elderly women in the family and society, questioning the relationship between aging, quality of life and social policies. When considering the dimensions of life of the elderly and their impressions about: health, income, participation in economic activity and family arrangements. The concern with population aging and, especially, with women, stems from the fact that this group is seen as dependent and vulnerable, not only from an economic point of view, but also from physical weaknesses. It is true that age is a consequence of life's vulnerabilities, and they are differentiated by gender, race, social groups. This considers the difficulties of finding an appropriate age range to define the elderly population. Elderly individuals are considered to be sixty years old or older. The data to be considered is the age range used by the National Elderly Policy, as well as presented by real data and defended by several authors in the area. In addition to problematizing the feminization of old age as reproducing poverty and maintaining social inequality.

**Keywords:** Demographic aging - Quality of life - Elderly woman - Head of family - Housing policy

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Índice de Envelhecimento (Em %) - 1980-2020.....	14
Figura 2. Projeção da população por faixas etárias quinquenais, em 1º de julho.....	18

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. IDOSAS CHEFES DE FAMÍLIA – 9 CASOS	
Perfil social das mulheres.....	34
Quadro 2. IDOSAS CHEFES DE FAMÍLIA – 9 CASOS	
Perfil econômico das mulheres.....	35

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPITULO 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REFLEXÕES INICIAIS</b> .....	13
1.1 ENVELHECIMENTO.....	13
1.2 ENVELHECIMENTO E O PAPEL DO ESTADO.....	15
1.3 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A FEMINIZAÇÃO DA VELHICE .....	17
1.4 QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE DA MULHER.....	19
1.5 MULHER IDOSA CHEFE DE FAMÍLIA .....	21
1.6 POLÍTICA PÚBLICA E A HABITAÇÃO POPULAR .....	25
1.7. AS RELAÇÕES FAMÍLIA E IDOSO.....	29
1.7.1 O que é Família? .....	29
1.7.2 A família e o idoso .....	30
1.7.3 Família: espaço de afeto e sobrevivência .....	31
<b>CAPITULO 2. A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE MULHERES IDOSAS CHEFES DE FAMÍLIAS DE CAMPINAS – SP. DESCRIÇÃO DA PESQUISA: AMBIENTE E PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA</b> .....	32
2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAL VILAS DE TAUBATÉ I, II E III DE CAMPINAS-SP.....	32
2.2 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	32
2.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	33
2.4. AS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO .....	33
<b>CAPITULO 3. RESULTADO E DISCUSSÕES</b> .....	37
3.1 POLÍTICA DE HABITAÇÃO.....	37
3.2 MOTIVO DA REMOÇÃO DA ANTIGA RESIDÊNCIA.....	38
3.3 MORADIA ANTERIOR.....	39
3.4 SIGNIFICADO DE TER UM APARTAMENTO PRÓPRIO .....	40
3.5. QUALIDADE DE VIDA .....	42
3.6. AVALIAÇÃO DA HABITAÇÃO .....	43
3.7. ENTREVISTAS COM ASSISTENTES SOCIAIS .....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
REFERÊNCIAS .....	56
APÊNDICE 1.....	59
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	61

## INTRODUÇÃO

Há mais de uma década do maior programa habitacional lançado pelo Governo Federal - Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), faz-se oportuno observar os impactos e a abrangência do programa, frente às necessidades habitacionais e sociais das comunidades advindas e impactadas pela política de habitação. Direcionada para a população de baixa renda (faixa 1 - de 0 a 3 salários mínimos), situados no conjunto habitacional Residencial Vilas de Taubaté I, II e III em Campinas-SP para destacar a dinâmica das mulheres idosas chefes de família, dentro do contexto do direito e acesso à cidade.

Este trabalho se propõe a observar as repercussões e impactos na qualidade de vida das idosas, a partir da inserção no programa habitacional – MCMV, buscando compreender a representação dos aparelhamentos públicos, a execução das suas políticas e os sentidos atribuídos pelas idosas chefes de família a este episódio, suas decorrências e implicações na vida e nas relações intrafamiliares das idosas em questão.

O interesse pelo programa habitacional direcionado para as idosas foi uma constante na vivência do meu estágio, por estar diretamente em contato com este público, que sempre estiveram presentes nas atividades realizadas dentro dos 12 meses de estágio do Trabalho Técnico Social. Considero para além dessa experiência, como determinante para definir meu objeto de pesquisa, pela relevância dos assuntos que envolvem a pessoa idosa, e além de compreender, que este é o segmento populacional que mais cresce no mundo.

A discussão acerca do envelhecimento vem se alargando nos diferentes setores da sociedade, principalmente a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, nos provocando a pensar a partir das políticas públicas, a inserção e a garantia efetiva desse público no acesso aos direitos fundamentais e a dignidade humana. Os aparelhos públicos se deparam com as questões do envelhecimento e suas crescentes demandas, emerge a necessidade de políticas públicas inclusiva, com inserção social plena, capaz de garantir o direito do idoso e suas especificidades.

O enfoque epidemiológico dado pelo olhar da assistência social, destaca a complacência no âmbito da moradia, mas também nas relações extra e intra familiares que sofreram reflexos culturais a partir da mudança de território.

Com a crescente ascensão do número de idosos, segundo as estatísticas do IBGE e alguns estudiosos, o Brasil deve assumir até 2025, a sexta posição mundial sobre o volume de idosos, em comparação ao contingente populacional do restante do mundo. Ainda, segundo Camarano (2003), dentro desse grupo populacional, é necessário considerar que aproximadamente 55% desse âmbito, já são do gênero feminino, e dialoga diretamente além de outras características, com o aumento da expectativa de vida e vulnerabilidade social.

Considera-se o processo de envelhecimento um processo também de feminização, mas também de vulnerabilidades e fragilidades, sociais, econômicas, e de saúde, como os dados nos apontam. Os conceitos qualidade de vida na velhice, e envelhecimento constituem a construção global que versa sobre esse assunto, individual e social (Neri, 2003). A preocupação com o envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre do fato de se encarar esse grupo como dependente e vulnerável, não só do ponto de vista econômico, como também de debilidades físicas.

Nesse sentido, com o objetivo de observar o desdobramento da inserção social a partir da política de habitação MCMV, no viés de analisar a qualidade de vida dos idosos, cujo desígnio essencial é assegurar os direitos sociais do idoso, e promover sua autonomia, integração e seus direitos plenos. Este trabalho foi dividido em 3 capítulos.

O primeiro é destinado a problematizar a fundamentação teórica, que embasará a análise crítica no decorrer da dissertação. São apresentadas as abordagens quantitativas – seu instrumento de coleta de dados contendo as escalas que foram aplicadas a população idosa no Brasil, além de considerar os conceitos que se apresentam no entorno da discussão sobre a população idosa de baixa renda no Brasil.

No segundo capítulo apresenta-se a caracterização das experiências do grupo de mulheres idosas que participaram desse trabalho, moradoras do conjunto habitacional condomínio Taubaté I, II e III. Nesse momento, a área do estudo é descrita com as características peculiares da comunidade caracterizada como área de risco. As mulheres idosas, sujeitos da pesquisa, são apresentadas através de um

perfil de suas condições ambientais e socioeconômicas. O terceiro capítulo se dedica a abordar questões que dialogam com os resultados e discussões consolidadas, a partir do campo de atuação com entrevistas semiestruturadas com as idosas moradoras do território e em outro momento, com assistentes sociais que atuaram em conjunto com a secretaria de habitação nesse processo de transição territorial.

Os resultados encontrados no trabalho, a prevalência da exclusão acerca dos serviços públicos ou acessibilidade do grupo de mulheres idosas estudadas, as consequências deste evento na qualidade de vida estão expostas. Propomos uma análise sobre os impactos na qualidade de vida das mulheres idosas chefes de família de Campinas, após a contemplação pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida – MCMV, levando em consideração o sentido por elas atribuído ao acesso a esta e outras políticas de inclusão social. Busca, então, compreender a inserção da mulher idosa na família e na sociedade, problematizando a relação entre envelhecimento, qualidade de vida e políticas sociais. Considera as dimensões da vida das idosas e suas impressões acerca da saúde, renda, participação na atividade econômica e arranjos familiares.

Foram entrevistadas mulheres idosas chefes de família, a partir dos sessenta anos, conforme o corte etário utilizado pela Política Nacional do Idoso. Também são apresentadas as análises das entrevistas e as percepções das idosas acerca da qualidade de vida. Considera as dimensões da vida das idosas e suas impressões acerca da saúde, renda, participação na atividade econômica e arranjos familiares. Por fim, a última parte traz as provocações baseadas nos resultados apresentados, cujos apontamentos se evidenciam em um sentimento de segregação das mulheres, que ficam restritas ao território, a ruptura com a rede de apoio e os impactos na convivência familiar. Conclui-se que a política de habitação necessita de uma agenda política, capaz de elaborar as políticas públicas na sua integralidade.

Diante da discussão aqui proposta, apresenta-se, a necessidade de consolidar projetos que envolvam habitação popular e o trabalho do Assistente Social, para trazer à luz a dinâmica das múltiplas expressões da questão social que envolve as pessoas assistidas pela política pública de habitação, formulando e executando propostas interventivas, voltadas para a qualidade de vida, bem estar e garantia de direitos, necessários na atual conjuntura política, econômica e social.

# 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REFLEXÕES INICIAIS

## 1.1 ENVELHECIMENTO

É importante registrar que o debate acerca da população idosa é um tema global, pois os indicadores aferem uma leitura dos contextos societários e econômicos de cada território, as questões sociopolíticas interferem nesses índices e referências. Segundo Berzins (2003), a ONU nos diz que, cerca de 360 milhões da população mundial idosa (com margem para crescimento anual de 2%) reside nos países em desenvolvimento. De acordo com a prospecção da ONU, por volta do ano 2050, pela primeira vez na história, o número de idosos será maior que o de crianças abaixo de 14 anos, isto é, a população mundial deve triplicar o número de idosos, o que representa uma margem de quase 25% da população do planeta.

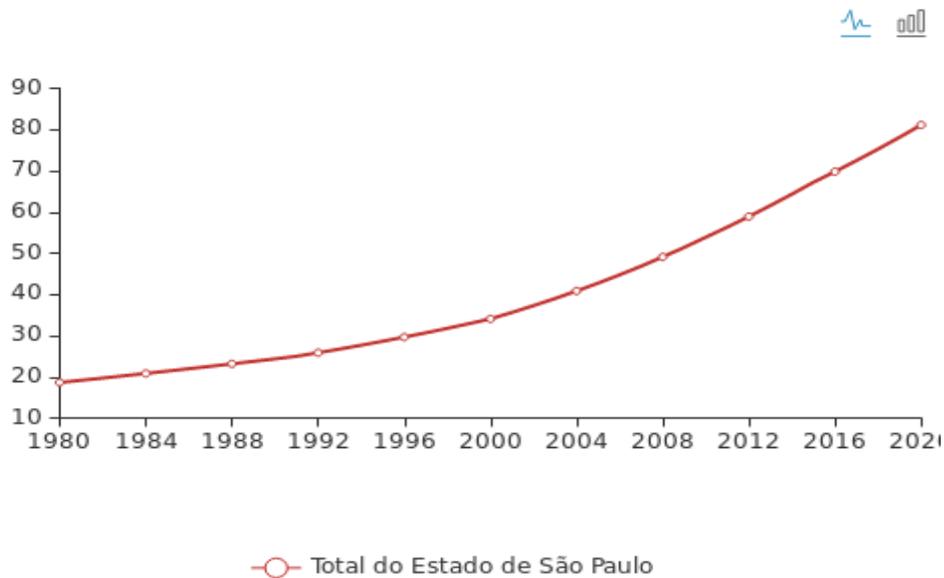
Bieger (2013), parte da análise que o Envelhecimento da População, está correlacionado com a expectativa de vida ao nascer e com a qualidade de vida que as nações propiciam a seus cidadãos.

De acordo com Neri (2001), "o envelhecimento populacional reflete a combinação de três fenômenos: redução da natalidade, redução da mortalidade e aumento da expectativa de vida na velhice" (NERI, 2001, p.22).

Os avanços da condição de vida em geral, articulada com a medicina elevaram a média de vida do brasileiro. Dados do IBGE sobre os grupos etários, divulgados em 2011 pela PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), revelam que o número de idosos somam 23,5 milhões dos brasileiros, apresentando o dobro do registrado em 1991, cuja a referência indica 10,7 milhões de pessoas.

Vejamos os dados do Seade (2020):

**Figura 1. Índice de Envelhecimento (Em %) - 1980-2020**



**Fonte: Fundação Seade. Nota refere-se ao 1º de julho de cada ano.**

A curva em ascensão nos releva a proporção de pessoas com 60 anos ou mais, por 100 indivíduos de 0 a 14 anos. Neste caso adota-se o corte etário da população idosa em 60 anos, de acordo com Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa e 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana da Organização Pan-Americana da Saúde – Opas, conferida pela Seade (2020). Alguns países desenvolvidos adotam, todavia, 65 anos.

Nas últimas décadas, o cenário do processo de envelhecimento demográfico nos trouxe uma projeção do futuro populacional. É significativo o número de idosos no Brasil, caracterizando um envelhecimento populacional. De acordo Camarano (2003), é fato que a velhice corresponde a mudanças biológicas, psicossociais, econômicas e políticas, e muitas vezes são consagradas de forma negativa.

O envelhecimento é um fenômeno natural, complexo, pluridimensional, revestido por perdas e aquisições individuais e coletivas. A velhice, última etapa desse processo, não é uma cisão em relação à vida precedente, mas uma continuação da juventude, da maturidade que podem ter sido vividas de diversas maneiras” (BOBBIO 1996, p. 25).

Trata-se, portanto, de um processo dinâmico, do social e do fisiológico, que se manifesta na maturidade, com reflexos para o indivíduo e para o meio que está inserido. Bobbio (1997) problematiza a questão do envelhecimento como resultado

final de uma vida precedente, considerada pelo autor como continuação da adolescência, da juventude, da maturidade que podem ter sido vividas de diversas maneiras. Ainda, o autor nos fala que as circunstâncias históricas, que ele relaciona tanto à vida privada quanto à vida pública, tem significância e são determinantes em como a velhice se estabelece.

Camarano (2012) classifica o idoso como um grupo populacional que vive a última fase da vida. No entanto, a autora ressalta que não há uma ideia estrita do que marca a transição para essa fase, pois segundo consta em sua literatura, devemos considerar na transição, os processos biológicos, bem como, aparência física, surgimento de doenças crônicas, perda de capacidades físicas e mentais e, os processos culturais, que perpassam pelos papéis sociais que ocupamos, nascimento de netos, entre outros. Muitos desses processos caracterizam essa fase. Para a autora a delimitação do seu início é difícil, pois é afetado por condições sociais, econômicas, regionais, culturais, étnicas e de gênero. Camarano (2012), ainda traz em seus estudos que a característica que acompanha esse processo de envelhecimento é o crescimento do superávit de mulheres na população idosa.

O envelhecimento da população é acompanhado pelo envelhecimento do indivíduo, de outros segmentos populacionais, como a População Economicamente Ativa (PEA) e as famílias (crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso, verticalização das famílias etc.). Esse processo altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade. (BELTRÃO, CAMARANO e KANSO, 2004, p. 26).

## 1.2 ENVELHECIMENTO E O PAPEL DO ESTADO

É importante aludir no debate, que ao mesmo tempo que problematizamos a velhice, como ela acontece, da maneira que se desdobra dentro do núcleo familiar, temos que considerar os impactos gerados na esfera da coisa pública, justamente porque, o envelhecimento também é objeto comum nas perspectivas sociais, políticas e econômicas. Tais implicações são configurações familiares construídas pela significância e representação que o idoso tem na sociedade, e sua invisibilidade é produto da cultura econômica que estreita as normatizações comuns na modernidade, que associa a velhice como ação relativa à população inativa, caracterizada pela sobrecarga dos sistemas públicos de pensão, saúde e serviços sociais.

As transformações demográficas no cenário brasileiro configuram uma

modificação estrutural na sociedade. Segundo literaturas e estatísticas da Seade, a partir dos anos 1940, essas mudanças se acentuaram após a década de 1960, com queda marcante nos níveis de fecundidade, redução na taxa de crescimento populacional e a inversão da pirâmide etária, e, por conseguinte, o aumento expressivo e linear do crescimento da população em idade ativa em detrimento a população idosa.

Rosa (1997) afere uma abordagem sobre o envelhecimento que discorre sobre o papel do Estado frente a esse processo elementar da vida. Para ela, o exercício de uma solidariedade extensiva a toda a sociedade nacional se estabelece numa relação que deve ser mediatizada pelo Estado, entre o dever de contribuir e o direito de se beneficiar de uma proteção que garanta acesso à interface social (ROSA, 1997, p. 1187).

O Estado Democrático e de Direito, reconhece a legitimidade à pessoa idosa ao que se refere aos seus direitos, a partir do Estatuto do idoso - Lei n. 10.741/2003, aprovado em outubro, após quase uma década de tramitação no Congresso Nacional. O marco regula os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, organizada em 118 artigos.

O Estatuto do idoso, reconhece e indica a obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público em garantir ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

No entanto, nos cabe refletir sobre a proposta que é legítima, porém, reconhecida pela ausência que o modelo social reproduz na contemporaneidade.

Os direitos fundamentais fazem parte do processo de evolução da sociedade e não são conquistados todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Trata-se, na verdade, de um catálogo aberto, onde os novos direitos são inseridos na medida em que, diante de circunstâncias históricas determinadas, se lhes reconhecem aludida necessidade. (BOBBIO, 1992, p. 30).

É importante evidenciar que as conquistas dos direitos sociais, são provenientes de mobilizações populares dos idosos e de suas representações, oriundas da expressão que essa categoria significa ao ganhar quando essa camada da população começou a aumentar gradativamente.

Em detrimento desse contexto, nos cabe evidenciar os aspectos sociais do envelhecimento e as políticas de proteção social ao idoso.

Diante as possibilidades de estimular os vínculos e o convívio social dos idosos, podemos destacar o progresso do marco referente à política que discute e problematiza as questões em prol do idoso, cuja responsabilidade está direcionada para as famílias, o Estado e a sociedade. Reconhecido pela aprovação da emenda da Lei Federal 8.842 de 1994 que, dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso, cabe à comunidade, à sociedade e ao poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, à efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

Além da referida lei, a já mencionada PNAS estabelece que:

[...] São funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identificação grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2004, p.29).

A família excede a constituição privada, e se depara também com a composição pública, cuja importância está correlacionada com a estruturação da sociedade, tendo em vista que é essa instituição que “cobre” as insuficiências das políticas públicas (MIOTO, 1994).

Bieger (2013) pauta a discussão do envelhecimento no Brasil como recinto de contradição e reflexo da precarização das respostas e intervenções sociais sobre as políticas públicas. Vale destacar que no país, a preocupação com o envelhecimento populacional marcou a década de 1970, bem como a autora nos diz, que foi registrada a partir da Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988, quando o Estado reconheceu o idoso como cidadão, sujeito de direitos, tornando-se, portanto, um desafio para toda a sociedade brasileira. Adiante, o desafio passou a assegurar os direitos da pessoa idosa, e a realização da cidadania e de inclusão social. Foi aprovado, em 2003, depois de muitos debates, o Estatuto do Idoso (BIEGER, 2013, p. 2).

### 1.3 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A “FEMINIZAÇÃO DA VELHICE”

Camarano (2003) apresenta na sua pesquisa sobre envelhecimento populacional, o processo de "feminização da velhice", pois esse é um fenômeno que

chama a atenção na representação gráfica. De acordo com os índices do IBGE, dada a menor mortalidade feminina, a autora nos revela que as mulheres predominam entre a população idosa.

O Censo Demográfico 2000, indica que 55% do contingente populacional seja composto por mulheres, dentro de um recorte populacional com maiores de sessenta anos no Brasil. Para além, é reconhecido que homens e mulheres vivem e envelhecem de forma distintas, cada um com suas especificidades e vulnerabilidades sociais (CAMARANO, 2003, p. 118, p. 119).

**Figura 2. Projeção da população por faixas etárias quinquenais, em 1º de julho.**

**Região Metropolitana de Campinas - 2020**

<b>Faixa Etária - Quinquenal</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Total</b>
00 a 04 anos	98.227	93.701	191.928
60 a 64 anos	73.993	85.204	159.197
65 a 69 anos	55.503	66.172	121.675
70 a 74 anos	37.871	47.884	85.755
75 anos e mais	42.408	66.736	109.144
<b>Total da Seleção</b>	<b>308.002</b>	<b>359.697</b>	<b>667.699</b>
<b>Total Geral da População</b>	<b>1.565.965</b>	<b>1.627.367</b>	<b>3.193.332</b>

**FONTE:** Fundação Seade, 2020.

Segundo as informações do Seade (2020), na região metropolitana de Campinas (2020) 159.197 pessoas têm mais de 60 anos, o que representa 12,4% de sua população. No Estado de São Paulo, isso representa 11,6%. Na faixa etária de 60 a 69 anos, são contabilizados 8 homens para cada dez mulheres moradores do município, enquanto entre aqueles maiores de 80 anos essa relação é de 5 homens para 10 mulheres. No Estado, esses valores são, respectivamente, na região metropolitana 8 e para o Estado de 6 para 10 (SEADE, 2020).

Ainda, os estudos de Camarano (2003) e (2012), nos apresentam a queda das taxas de fecundidade e de mortalidade e o aumento da expectativa de vida, que também perpassa pela questão de gênero. Como demonstram seus estudos, o

envelhecimento populacional, não se estabelece de maneira homogênea para todas as pessoas, considerando os fatores supracitados pelos autores acima, sendo, portanto, influenciado pelas condições econômicas, sociais, etnia, diferenças culturais e regionais, bem como por processos de discriminação e exclusão associados ao gênero (CAMARANO, 2002, p. 37; 2012, p. 23).

No que concerne ao gênero, os maus-tratos contra a mulher produzem perdas na sua estrutura física, mental, social e sexual ao longo da vida, além de registrar um reflexo direto sobre a questão do poder econômico e da socialização da mulher no decorrer da sua história de vida, e para tanto, como impacto para a qualidade de vida na sua velhice.

#### 1.4 QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE DA MULHER

Ao pautar a questão do envelhecimento Beltrão, Camarano e Kanso (2004), registram uma abordagem que apresenta, do contingente de idosos, uma margem de aproximadamente 14% da população mundial, o que representa até oito vezes mais comparado ao número de jovens (BELTRAO, CAMARANO, KANSO, 2004, p. 27).

Ao aferir uma comparação observando os dados transitórios da demografia brasileira sob a perspectiva de gênero, constatamos um processo de feminização da velhice, bem como já dito anteriormente por Camarano e por Neri, ou seja, quanto mais a população envelhece, mais feminina ela se torna.

Tal contexto segundo estudiosos, são reflexos de vários fatores, entre eles a menor exposição às causas externas de morte, como também, ficam viúvas mais cedo, e isso contribui para que essa estatística de vida seja um pouco maior entre homens do que entre mulheres.

De acordo com Camarano, (2004) a predominância do sexo feminino entre os idosos, está atrelada também à questão econômica e de renda, pois, a maioria dessas mulheres são viúvas, sem ou com pouca experiência de trabalho no mercado formal, e reduzido grau de escolaridade, e se apresenta nesse cenário com as piores condições de saúde (CAMARANO, 2004, p. 38).

Considera-se o processo de envelhecimento um processo também de feminização, mas também de vulnerabilidades e fragilidades, sociais, econômicas, e de saúde, como os dados nos apontam.

Segundo Neri (1993 e 1999), o bem-estar na velhice é precedente de qualidade da saúde mental e biológica, eficácia e controle cognitivo, produtividade, atividade, renda, continuidade de papéis familiares, ocupacionais, entre outros. No entanto, a boa qualidade de vida e o bem-estar psicológico e biológico na velhice não são apenas responsabilidade do indivíduo, mas também decorrem de condições estabelecidas nas relações socioculturais, e sobre as fragilidades interpostas ao grupo de idosos. Também em conjunto a este processo, os dados que representam a redução da mortalidade materna, decorrente de execuções e acessos as políticas públicas, especificamente na área da saúde, além de somar a redução da fecundidade. As mulheres vivem em média sete a nove anos mais que os homens, conforme previsto pelo IBGE (NERI, 1999).

É importante dizer que embora as mulheres tenham uma expectativa de vida maior que dos homens, é importante considerar a seguinte afirmação sobre a velhice feminina, ela "promove o aprofundamento das desigualdades e alimenta o ciclo de reprodução da pobreza, na medida em que o acesso a serviços de cuidado fica disponível apenas para grupos sociais, cujos rendimentos permitem sua contratação" (VASCONCELOS, 2009, p. 37). Pois, a autora demonstra ao longo da sua literatura, que nossa sociedade vislumbra às mulheres como sujeito cuja a responsabilidade das tarefas que se limitam ao trabalho reprodutivo, e corrobora para uma promoção social de que a responsabilidade das mulheres não está para a sociedade.

Para Vasconcelos (2009) tal compreensão, além de apresentar uma divisão sobre as responsabilidades entre homens e mulheres, impacta também na definição de pautas e prioridades das políticas públicas, que, por conseguinte, não abarca uma as questões do cuidado por parte do Estado nos serviços públicos em execução, ofertados à abrangência dessas mulheres idosas na perspectiva das políticas públicas vigentes. (VASCONCELOS, 2009, p. 37).

Junges (2007), por sua vez, problematiza a questão da velhice e sua vulnerabilidade como um conceito amplo, complexo e multidimensional, que está correlacionado ao processo biológico, às necessidades emocionais e afetivas; espiritual, as variáveis estabelecidas pela dinâmica cultural, social e ambiental. O autor nos demonstra em seus estudos que a desigualdade social, econômica e política, estão no cerne da qualidade do envelhecimento populacional, presente como elemento decisivo, embora não determinante no tipo de qualidade de vida que será inserido na velhice (JUNGES 2007, p.936).

Pensando na velhice feminina levanto questionamentos acerca da qualidade de vida e bem-estar nas quais a velhice se estabelece, buscando analisar a identidade feminina e como as idosas se colocam nos estigmas do envelhecimento, que caracteriza o modelo de sociedade no qual vivemos, especificamente as diferentes conceituações utilizadas para definir este processo em detrimento aos aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais envolvidos.

Neri (2001) correlaciona alguns conceitos, entre os quais destacamos a maior longevidade das mulheres em comparação com os homens, da população economicamente ativa, e sobre o número de mulheres que são chefes de família comparado aos homens.

A partir do Estatuto do Idoso, que representa avanços nas políticas públicas e na rede dos serviços da garantia de direitos, o desafio se localiza na aplicabilidade dos artigos e incisos presentes na legislação.

Essa demanda se apresenta através dos reflexos das políticas sociais, que se direciona para garantir os direitos fundamentais reconhecidos em seus artigos, na busca por indagar a necessidade da cidadania, dos princípios da dignidade da pessoa humana, bem como abarca o direito à vida, liberdade, ao respeito, alimentação, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e trabalho, previdência social, assistência social, habitação e transporte.

O referido Estatuto, no seu Art. 3º:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, p. 1).

É importante questionar neste trabalho, até que ponto esses direitos são viabilizados através das políticas públicas, e capazes de consolidar os direitos elencados no dito termo legal (Estatuto do Idoso), compreendendo a subjetividade na qual a vida está inserida na velhice, que conduz o indivíduo à inutilidade do quesito econômico, e, por conseguinte, de maneira estarrecedora à invisibilidade social.

## 1.5 MULHER IDOSA CHEFE DE FAMÍLIA

Conforme Teixeira e Rodrigues (2008) nos casos de mulheres “chefes de família”, a sobrevivência de seu grupo familiar depende da mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da moradia, e garante na rotina familiar, a circulação de crianças entre as casas próximas, como uma rede de apoio, ocupação do papel masculino por outros sujeitos da família, como irmãos, tios, dentre outros, assim como o papel de mãe dona-de-casa, pela avó, tias ou irmãs. Nesse modelo, os idosos integram o sistema de apoio mútuo. Como destaca TEIXEIRA (2008, p.248).

Segundo dados da PNAD de 2008, 87,9% das mulheres e 46,1% dos homens inseridos no mercado de trabalho declararam que executam afazeres domésticos e tarefas relacionadas aos cuidados com os membros familiares do domicílio. Quanto à intensidade com que homens e mulheres se dedicam aos afazeres reprodutivos, as mulheres estimaram dedicar 20,9 horas semanais às atividades domésticas e ao cuidado de seus familiares, e os homens 9,2 horas semanais (BRASIL, 2010, p. 57).

Ao problematizar a questão do modelo familiar e a interferência do conceito patriarcal na sua essência, percebemos os resquícios dessas marcas ainda na atualidade. Podemos destacar frente aos estudos sobre a temática que as evidências são uma espécie de articulação do sistema econômico em consonância com sistema social de opressão das mulheres, suas violações, e vulnerabilidades sociais que transpassaram o século.

Como constatado nas diversas literaturas que versam sobre a temática da feminização da pobreza, e o levantamento de dados do Seade (2012), o crescimento no número de mulheres chefes de família, impactou no aumento da pobreza e da exclusão social feminina. Segundo os registros, a condição da maternagem e a necessidade de ocupar um lugar no mercado de trabalho, é um dos fatores que contribuem para indicar a maior incidência de pobreza entre as mulheres que são chefes de família, pois os dados brasileiros nos indicam que elas acabam sendo responsabilizadas de forma exclusiva por seus filhos e submetem-se a situações de sub-ocupações.

O levantamento da Seade (2015) supracitado leva em consideração dados registrados em 2012. Nos apontando que, segundo seus dados, mais da metade das mulheres inativas com filhos de até 12 anos (53,7%), fazia parte do grupo familiar com a menor renda per capita do cenário (R\$ 221).

No contexto categorizado por “feminização da pobreza”, algumas mulheres ainda tendem a ser atingidas com a questão étnica e da classe social, identificado

como uma confluência perversa entre o preconceito e suas competências e habilidades. Devemos nos atentar para não simplificar o cenário da mulher chefe de família; existe uma questão historicamente contextualizada com a figura da mulher na sociedade, sua função social, e o status que rotula grosseiramente a figura feminina e sua responsabilização com a maternagem, que demanda uma correlação de força e rede de articulação, entre diálogos étnicos, geracionais, gênero e combate à pobreza, inclusive perpassando pelas diretrizes na perspectiva das políticas públicas, na busca pela ressignificação da função social da mulher na sociedade.

É pertinente destacar que as famílias chefiadas por mulheres têm ascendido nas últimas décadas, bem como os dados da Seade (2020) evidencia. De acordo dado da Pesquisa em cada 100 famílias da Região Metropolitana de São Paulo:

- somente 36 têm o formato casal com filhos chefiado por homem;
- 16 são casais sem filhos, sendo a maioria chefiada por homens;
- 15 são unipessoais, ou seja, pessoas vivendo sozinhas, situação mais usual entre as mulheres;
- 7 % do total das famílias são estendidas, ou seja, os netos estão morando com avós, a maioria com a presença dos pais.

Quero destacar os indicativos de como os homens interferem ou interagem nos aspectos da vida civil dessas chefes de família idosas, a partir das possíveis e diferentes fontes de renda (trabalho, pensão alimentícia, seguro social e programas de transferência de renda). Ainda nos cabe evidenciar os fatores pelos quais a pobreza impacta nas mulheres idosas chefes de famílias nucleares.

A Seade (2015), registra em suas pesquisas que as trabalhadoras estavam amplamente inseridas no setor de serviços (70,5%) e, 25% destas pertencentes às famílias mais pobres, com menor grau de formalização (37,6%) do que os homens (55,4%) nessa mesma condição social.

Quase 30% dessas mulheres pobres participavam da economia ativa, exercendo atividades como empregadas domésticas. Mediante ao trabalho formal ou informal foi registrado ainda que as mulheres não conseguiam jornadas completas, ou iguais aos dos homens. Na média geral, elas conseguiam trabalhar 38 horas por semana, tendo por consequência ganho salarial menor quando comparada aos homens na mesma faixa etária.

Segundo a definição que o IBGE aporta, chefe de domicílio é a pessoa responsável pela unidade domiciliar e que é assim considerada pelos demais

membros do domicílio. Este papel, entretanto, tem sido historicamente associado à imagem masculina, como uma representação simbólica do que a sociedade atual carrega (SABÓIA; SOARES, 2004, p.55).

Entretanto, é importante considerar que, uma mulher também pode se tornar a pessoa de referência do domicílio por ser a maior responsável pela tomada de decisão no lar, sendo assim, a pessoa com maior voz ativa dentro do domicílio ou estar associada ao poder econômico, indicando que, neste caso, o domicílio seria mantido financeiramente pela mulher, “deve ser visto como uma configuração histórica e social” (CARVALHO, 1998, p. 7).

Em conjunto com as conquistas sociais e os dispositivos legais que demandam a necessidade e o reconhecimento de igualdade de condições e direitos entre homens e mulheres, as discriminações organizadas pela visão arcaica de sociedade é uma forma de violência de gênero e de violação dos direitos humanos das mulheres, que ao longo da sua vida são marcadas por diversas formas. Neste caso nossa abordagem discorrerá sobre a problematização das mulheres idosas.

Teixeira (2008) debate a partir dos países em desenvolvimento, que a família continua a ser a principal fonte de suporte para a população idosa, ainda com destaque para a função social econômica que o idoso exerce na família, mesmo que sendo considerado indivíduo inativo.

De fato, as famílias pobres com idosos formam arranjos com coabitação entre várias gerações, de modo a se autoajudarem; as gerações mais jovens desempregadas usufruem da renda dos mais velhos, e estes, dos cuidados que a família pode oferecer no espaço doméstico. (TEIXEIRA, 2008, p.241).

Em função das relações sociais estabelecidas com o idoso antes dessa caracterização, as questões conflitantes acontecem até pela dependência e a necessidade de cuidados.

Ao pautar a questão da longevidade com a necessidade de chefiar um núcleo familiar, Camarano (2002) nos indica em sua literatura que os processos determinantes pelo aumento no índice da longevidade são resultados de políticas e incentivos promovidos pela sociedade e pelo Estado, além do progresso tecnológico, como resultado dessa composição, de forma genérica, fazendo parte das preocupações acerca da transferência de recursos na sociedade, colocando os tais

desafios para o Estado, os setores produtivos e, sobretudo para as famílias (CAMARANO, 2002, p.23).

De acordo com CAMARANO (2003) a velhice não é universalmente feminina, embora com forte destaque para o quesito gênero.

Segundo a autora, as mulheres idosas experimentam uma maior probabilidade de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa, tendo em vista as condições de vida e o cenário social em que a mulher está inserida ao longo da sua vida (CAMARANO, apud LYOD-SHERLOCK, 2003).

De acordo com Beltrão *et al.* (2002), as mulheres idosas recebem benefícios previdenciários em condições menos privilegiadas do que os homens: aposentadoria por idade *versus* por tempo de serviço, além dessa caracterização os dados referentes aos benefícios assistenciais, bem como o autor expressa. O valor de tais benefícios é mais baixo em relação ao homem. Esta situação reflete a maior precariedade da condição feminina no mercado de trabalho, e o reconhecimento do seu trabalho enquanto profissional.

As diretrizes que historicamente foram se criando no entorno da mulher, seus adicionais de proteção em termos previdenciários (menor tempo de trabalho ou contribuição, menor idade para concessão de benefícios, direito à pensão integral para as viúvas) não devem evidenciar uma leitura apenas como compensação pela dupla jornada, mas também pela precariedade das condições de trabalho femininas relativas à masculina.

## 1.6 POLÍTICA PÚBLICA E A HABITAÇÃO POPULAR

É preciso destacar os sentidos do direito à cidade enquanto um conjunto de direitos, os quais a sociedade deveria acessar garantindo a equidade na esfera da política pública. Historicamente no Brasil as políticas públicas direcionadas para a moradia se caracterizam a partir da perspectiva do ciclo político de cada gestão pública, cada uma com suas especificidades, assumidas pela relação entre diferentes atores sociais – Estado/público e privado.

A esfera da política pública pode ser observada a partir das sucessivas formas de uso e apropriação dos espaços públicos. Em paralelo, estes espaços podem apresentar diferentes níveis de profundidade em relação ao conteúdo da sociabilidade

e aparelhamentos públicos essenciais. A partir dessa observação realizaremos uma análise crítica que abarca o conjunto habitacional Residencial Vilas de Taubaté I, II e III em Campinas-SP para destacar a dinâmica da mulher idosa chefe de família dentro do contexto do direito e acesso à cidade.

A problemática habitacional nas cidades brasileiras tem sido objeto de um número significativo de estudos, principalmente nos últimos anos, diante à dimensão do Programa Minha Casa, Minha Vida (2004). A Política Nacional de Habitação (PNH) compõe o marco da priorização da questão habitacional preconizada pelo governo Lula, tendo por pauta central retomar o processo de planejamento do setor e garantir condições institucionais para promover o acesso à moradia dos segmentos da população, especialmente o de baixa renda (MCidades, 2011). Tal programa se concentra na população de baixa renda, com a disponibilização de subsídios para o atendimento das necessidades relacionadas à produção de novas moradias e à melhoria da habitabilidade dos domicílios inadequados.

O Ministério das Cidades (2011) evidencia a relevância do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), designado pela legislação mencionada para centralizar os recursos de programas direcionados à habitação de interesse social.

O Plano Municipal Habitacional de Interesse Social de Campinas-SP apresenta em seu documento oficial diversas informações a respeito do diagnóstico dos territórios cidade. Segundo registros, o Plano seguiu as orientações da Lei Federal no 11.124/2005, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a fim de captar recursos federais designados para habitação de interesse social (cf. art. 12, inciso III, da referida Lei).

É importante dizer que para além do espaço físico da moradia, o Plano proporcionou estudos sobre política urbana para a cidade, na busca por compreender a dimensão do complexo urbano e suas necessidades de garantia das políticas sociais no entorno do contexto amplo, sobre saúde, educação, esporte, lazer, qualidade de vida, promoção e inserção social. Tais estudos estão registrados no Plano Diretor da cidade (2006).

Segundo Bonduki (2009), o PlanHab tem por objetivo delinear as estratégias públicas e privadas para o equalizar das necessidades da população de baixa renda, e por conseguinte, as especificações do país, em um prazo de quinze anos, a partir de um plano estratégico de longo prazo, articulado com ações de curto e médio prazo (BONDUKI, 2009, p. 12).

Encontramos em diversos artigos e críticas sobre o desenvolvimento do Programa MCMV, entre eles destaco a autora Maricato, que afere um diagnóstico sobre o referencial dos Planos Habitacionais e a execução dessa política nas macrorregiões de São Paulo. A autora nos diz que, não se trata de falta de conhecimento ou de amparos legais que as cidades se constroem no entorno do que ela denomina de modo predatório, haja vista a presença de leis de zoneamento, normativas e códigos de edificações.

Segundo a autora Maricato (2013), destaca a desconsideração com relação à condição de ilegalidade de grande parte da população urbana brasileira, tanto em relação à moradia, como em relação ao acesso à terra urbanizada. Registrando que a “exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei” (MARICATO, 2013, p. 147).

Para Maricato (2013) existe uma confluência entre a propositura do Programa MCMV, pois, as aplicabilidades das leis são circunstanciais, pautada pela conveniência e o resultado é o “planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, leis para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns” (MARICATO, 2013, p. 125).

No movimento do “para alguns” a crítica é aferida frente às condições que o programa MCMV, foi executado, e qual os acessos aos serviços públicos essenciais foram garantidos. Dos critérios e hierarquização nos cabe observar os números direcionados para o público idoso e o destaque para a categorização do gênero.

No Art. 6º - Nos termos da Portaria 595/2013 do Ministério das Cidades, e da Deliberação 01/10 do Conselho Municipal de Habitação, ratificada pelo Decreto Municipal n. 17.676/2012, os critérios para fins de seleção e priorização dos candidatos discorreram por:

- a) famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência;
- d) famílias moradoras em Campinas há mais de 10 (dez) anos;
- e) famílias com renda per capita inferior a 1/2 (meio) salário mínimo;
- f) pessoas com, no mínimo, 02 (dois) dependentes habitacionais.

Além disso, também dispõe sobre:

Art. 8º - Conforme dispõem o item 5.2 da Portaria 595/2013 – MC e o inciso I do art. 38 da Lei Federal 10.741/2003 - Estatuto do Idoso e suas alterações ficam reservadas 3% das unidades habitacionais para

atendimento aos idosos, o que, no presente caso, equivale a 02 (duas) unidades habitacionais.

Campinas-SP tem promovido o direito à moradia sob a formatação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no entanto, tal política, nas práxis, deixa de fora os serviços essenciais e fragiliza a malha urbana. Embora Maricato (2013) também reconhece que tal política habitacional é a maior já desenvolvida em território nacional, também podemos reconhecê-la por realizar a manutenção a lógica de promover moradias em áreas pouco ou nada integradas ao tecido urbano, o que nos indica, uma preocupação na eficiência econômica dos empreendimentos e sobre o lucro do empresariado em comparação à preocupação em incluir os moradores à cidade, e garantir o “acesso a cidade” e das políticas públicas essenciais, tais como, saúde; educação; esporte; lazer.

Ao pensar a categoria espaço como processo social, Milton Santos (2004) evidenciou a importância da técnica para o seu entendimento. Uma vez que o processo social se realiza através da ação, para o autor, não é possível entender ao mesmo tempo em que se negligencia a técnica – “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria seu espaço” (SANTOS, 2004, p. 29).

Milton Santos nos ajuda a problematizar o espaço, se correlacionarmos com a preocupação do envelhecimento populacional feminino e a política pública para a habitação. Podemos tencionar a pauta das especificidades necessárias para compreender a dinâmica do espaço e do direito a cidade.

Falamos de um grupo dependente e vulnerável, não só do ponto de vista econômico, como também de fragilidades físicas. É evidente que a idade traz por consequências vulnerabilidades, mas o momento em que se iniciam, bem como a sua intensidade, são diferenciados por gênero, raça, grupos sociais e relações de classe. Consideram-se como idosos os indivíduos com sessenta anos ou mais, dado ser este o corte etário utilizado pela Política Nacional do Idoso, bem como apresentado por dados reais e defendidos por vários autores da área.

Ao considerar os critérios de prioridades do MCMV, enfatizamos a idade e gênero para trazer a luz à priorização do planejamento e implantação das políticas

habitacionais, especialmente mulheres chefes de família, idosas e portadoras de deficiência, como uma política de redução de danos sociais.

Sabemos que os números são pequenos frente a necessidade populacional, mas precisamos reconhecer os avanços e apontar as fragilidades dessa política pública.

1. A localização territorial na malha urbana ou em área de expansão que deveria atender aos requisitos preconizados pelo Poder Executivo Federal, garantindo as questões técnicas do respectivo plano diretor, quando existente;
2. Adequação ambiental do projeto. A partir das considerações teóricas, realizaremos uma análise conjuntural entre a práxis e os referenciais teóricos para perceber a partir do Programa MCMV, a realidade urbana de Campinas, após a execução, considerando as limitações das idosas chefes de família contempladas pela política habitacional e as restrições territorial que se tornaram limitantes para acessar outras políticas públicas.

Ao referenciar a mulher nas políticas públicas, bem como nos Programas Habitacionais, devemos considerar que não se trata apenas de enunciar que estas ações são meras medidas do Estado para cumprir com um ônus à mulher, pois estes Programas são decorrentes no Estado social de direito. Deste modo, a priorização direcionada para a mulher, advêm das peculiaridades históricas e sociais presentes na dialética relação da mulher frente a sociedade, de vínculos afetivos e necessidades sociais estabelecidos com a família, na responsabilidade de garantir abrigo, na manutenção do lar e nos cuidados que socialmente foram atrelados a figura da mulher, como a maternagem a partir da esfera social.

## 1.7 AS RELAÇÕES FAMÍLIA E IDOSO

### 1.7.1 O que é Família?

Se considerarmos a definição presente na Constituição brasileira (1988), o conceito de família abarca diversas maneiras de organização fundamentadas na relação afetiva entre seus pares. De acordo com alguns autores que pautam o conceito de família, as formas de organização da família são produzidas conforme o momento histórico.

Segundo Araújo (2007) são considerados no entorno da questão sobre o termo, valores, papéis sociais, funções e estruturas familiares são definidos de acordo com os contextos socioculturais e econômicos da mesma. (ARAÚJO, 2007, p.13).

De acordo com Teixeira (2009), a família moderna “nuclear” ou “conjugal” burguesa, atual, é resultante das transformações socioeconômicas e culturais promovidas pela Revolução Industrial. Como um ato de acompanhar as alterações do sistema econômico, e as necessidades advindas de um novo modelo de consumo. De forma ampliada pelo modo de produção capitalista, que introjeta nas formas de organização da família conforme o momento e as necessidades históricas, os fenômenos necessários para suprir a famigerada necessidade do modelo econômico atual.

Segundo Araújo (2007). Embora as mudanças ocorridas na contemporaneidade, nos indicam que a desigualdade entre marido e mulher se expande na direção que ao homem cabe a direção da família, e à mulher, a subordinação ao poder. Com a efetivação da mulher no mercado de trabalho, especialistas nos indicam as crises matrimoniais como produto do meio. Houve aumento significativo de separações, desquite e liberdade sexual no decorrer das décadas. Por conseguinte, houve também a femininização da pobreza com a família monoparental. Mães e pais solteiros passaram a reorganizar o núcleo familiar e seu entorno. (ARAÚJO, 2007, p.15).

Isso nos fala acerca das necessidades que ao longo das décadas vem se materializando e se desenvolvendo no entorno dos indicadores da pobreza, a partir da organização familiar e suas novas configurações.

### 1.7.2 A família e o idoso

Às transformações demográficas e circunstanciais das famílias e a habitação são diretamente impactadas pelo envelhecimento populacional e as relações intergeracionais na mesma casa. Camarano (2004) nos indica a coresidência em virtude de diferentes arranjos familiares, que trata diretamente da relação idoso-família-convívio. (Camarano et al., 2004).

Segundo Camarano e El Ghaouri (2003), atribui ao termo de coresidência o significado de atenção-cuidado entre gerações, idosos, filhos casados ou não, netos e bisnetos. Sua composição de acordo com os autores, estabelecida em detrimento

da necessidade do idoso a uma dependência física ou financeira entre gerações; ou à associação de melhores condições de vida. (CAMARANO, GHAOURI. 2003, p.175).

Além disso, os debates e problematizações apresentados pela literatura dos pensadores destacam e envolvem a diáspora econômica como impacto que afeta a capacidade das famílias em praticar os cuidados à população idosa, considerando os atributos ocupados pelas mulheres na atualidade em seu contexto social, cujo tempo é menor às ações domésticas e aos cuidados com seu núcleo familiar.

### 1.7.3 Família espaço de afeto e sobrevivência

Na contemporaneidade, o cenário destacado pelas literaturas sobre a família, evidencia a diminuição da dependência das mulheres em detrimento a relação conjugal, tendo em vista o alargamento cada vez maior do mercado de trabalho para as mulheres; no entanto é pertinente destacar que, a dupla jornada é marca da manutenção das atribuições socialmente construídas às mulheres que são direcionadas à esfera do cuidado doméstico, potencializada através das frequentes separações conjugais, e para tanto, passam a constituir famílias monoparentais, chefiadas por pessoas idosas.

Segundo Teixeira (2008) o modelo monoparental, apresentam aos idosos como integrantes do sistema familiar de apoio mútuo, as questões sociais que impactam diretamente nessa composição, bem como, a pobreza, o desemprego, o aumento da desigualdade social, não apenas como ajuda financeira, apesar dos recursos da aposentadoria, mas também nas relações afetivas, como auxiliares na socialização e cuidados das crianças e trabalhos domésticos. (TEIREIXA, 2008, p.247).

No contexto geral, cabe dizer que o idoso não ocupa puramente o papel social de dependente de cuidados dentro da família, pois, para além de ser cuidado, o idoso também assume a figura de cuidador, pessoa de referência no domicílio, principalmente nas famílias de baixa renda, bem como os autores supracitados referenciam em suas obras.

## **2. A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE MULHERES IDOSAS CHEFES DE FAMILIAS DE CAMPINAS – SP. DESCRIÇÃO DA PESQUISA: AMBIENTE E PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAL VILAS DE TAUBATÉ I, II E III DE CAMPINAS-SP**

O Residencial Vilas de Taubaté I, II e III contemplam 660 famílias advindas de áreas de risco, entregue em agosto de 2016, conforme as informações da secretaria de habitação de Campinas-SP. De acordo com o projeto apresentado pela COHAB, os apartamentos possuem 43 metros quadrados, distribuídos em dois dormitórios, banheiro, sala e cozinha com área de serviço. Advindos de um projeto em conjunto, entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), PMCMV e Programa Casa Paulista destinadas a famílias removidas de bairros localizados no entorno da Sub-bacia Córrego Taubaté, Bacia do Rio Capivari, na Região Sul do município.

### **2.2. ASPECTOS AMBIENTAIS**

Localizado na Região Sul, na área de administração AR 6, microrregiões do: - Jardim Campo Belo, formada pelos bairros: Marisa I e II, Jardim Fernanda I e II, Jardim Campo Belo I e II, Jardim Itaguaçu I e II, Cidade Singer I e II, Santa Maria, São Jorge, Jardim São Domingos, PUCCAMP, Jardim Colúmbia, Palmeiras, Vila Ipanema, e Dom Gilberto; - Jardim das Bandeiras, formada pelos bairros: Jardim Santa Cruz, Santa Marta, Santa Rita de Cássia, Parque Camboriú, Vila Lurdes, Jardim Icaraí, Saltinho, Jardim Estela, Jardim Nossa Senhora de Lurdes, Parque Centenário, Pedra Branca, Irmãos Sigrist, Nova América, Parque das Camélias, Jardim Nova Mercedes, Jardim do Lago I e II, Vila Rica, Jardim das Bandeiras I e II, e Ilha do Lago. Neste caso o que nos interessa é o Jardim do Lago II.

Segundo as informações registradas no Plano Diretor da cidade, na AR 6, encontram-se os territórios de maior vulnerabilidade social da Região Sul, que concentra o maior número de favelas e ocupações, além do menor número de equipamentos sociais. Nesse território, estudos presentes no Plano Diretor da cidade em 2006 contabilizavam 20,86% das residências tendo como chefe de família, mulheres em famílias monoparentais.

### 2.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção do Parque Linear Vilas de Taubaté situada na região Sul do Município de Campinas, no limite da Macrozona 04 (Área de Urbanização Prioritária – AUP, bem como definida pelo Plano Diretor), na sub-bacia do Córrego Taubaté, com área de contribuição total da ordem de 13,60 km<sup>2</sup>, bem como registrada pelos documentos oficiais da cidade.

O Córrego Taubaté pertence à sub-bacia do Córrego Sete Quedas, afluente, em uma das suas margens, do Rio Capivari que integra, juntamente com os rios Piracicaba e Jundiáí, o CBH PCJ – Comitê da Bacia Hidrográfica Piracicaba Capivari e Jundiáí, que regula e disciplina os diversos usos das águas públicas, em especial sobre a proteção dos recursos hídricos para gerar maior quantidade e qualidade de água potável.

O território do Córrego Taubaté foi identificado entre os pontos críticos de enchentes e alagamentos, enchentes e deslizamentos das margens do Córrego. Sobre a área de intervenção, estão presentes indústrias e estabelecimentos comerciais de pequeno porte, com uma limitada diversidade e sem participação efetiva das comunidades locais.

### 2.4. AS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO:

O território se apresenta como uma ocupação popular não regularizada, vinculada a degradação da mata ciliar e, por conseguinte, o descarte de esgoto não tratado, que por consequência acarreta processos erosivos, deslizamentos, degradação ambiental e contaminação, do território, caracterizando o ambiente como de alto risco.

Em razão dos fatos acima, e das constantes enchentes do Córrego Taubaté, ao longo dos anos, os moradores dos bairros abrangidos pela sub-bacia foram sofrendo perda de patrimônio, isolamento temporário de alguns trechos e desorganização na mobilidade, bem como, interrupção de circulação de veículos, e não raro, colocando vidas em risco diante as circunstâncias do território.

Os núcleos de ocupação abrangidos pela área de intervenção do PAC - Parque Linear Vilas de Taubaté, faz parte de uma população estimada em mais de 6 mil habitantes. Sua formação inicial é marcada em meados da década de 1960, advindos

dos Núcleos Residenciais Santa Rita de Cássia/Santa Cruz, Jequitibás, Jardim Camboriú, Vila Lourdes-B, São José, Jardim das Bandeiras II-B e Jardim do Lago. Mais adiante, já na década de 1980 ouve a expansão desse território com o surgimento dos demais bairros vizinhos.

A expressão do complexo de moradias que tratamos como objeto de pesquisa Residencial vilas Taubaté, se aproximam de 2.640 pessoas. Impactadas pelo programa, agrupadas em 660 famílias que foram removidas e indicadas pelo poder público para fazer parte da política urbana de moradia da cidade.

Vejamos o perfil das moradoras entrevistadas:

**IDOSAS CHEFES DE FAMÍLIA – 9 CASOS**  
**Perfil social das mulheres**

<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>NATURALIDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>
50 a 60 - anos 4 mulheres	Casada 0 mulheres	São Paulo 3 mulheres	Não alfabetizado 1 mulher
61 a 70 anos 2 mulheres	Solteira 4 mulheres	Paraná 3 mulheres	Ens. Fund. Com. 0 mulheres
71 a 80 anos 3 mulheres	Divorciada 0 mulheres	Pernambuco 1 mulher	Ens. Fund. Incom. 5 mulheres
---	Viúvas 5 mulheres	Maranhão 1 mulher	Ens. Médio Com. 2 mulheres
---	---	Paraíba 1 mulher	Ens. Médio Incom. 1 mulher
---	---	---	Superior 0 mulheres

Quadro 1. Fonte: dados coletados a partir de entrevista semiestruturada com a moradoras do MCMV – condomínio Taubaté I, II, e III de Campinas -SP

É notório o contexto destacado pelas literaturas supracitadas nesse estudo sobre a conjuntura e a realidade familiar das idosas entrevistadas. A ida a campo evidencia nesta problematização, a diminuição da dependência das mulheres em detrimento a relação conjugal de fato ao longo da vida.

No entanto, também é perceptível o cenário que ilustra uma dupla jornada marcada pela manutenção das atribuições direcionadas às mulheres no âmbito da esfera do cuidado doméstico, e o entorno das questões sociais que impactam diretamente a composição sociofamiliar, bem como, a baixa escolaridade, a margem da pobreza feminina devido sua renda econômica, a dependência afetiva intrafamiliar que ficou marcada na vida dessas mulheres, como reflexo do distanciamento territorial em detrimento da sua família e rede de apoio a nova morada.

**IDOSAS CHEFES DE FAMÍLIA – 9 CASOS**  
**Perfil econômico das mulheres**

Quanto tempo trabalhou	Ainda trabalha	Aposentada ou pensionista	Qual sua renda atual	Recebe algum benefício	Quantas pessoas residem com você	Qual a renda familiar
Menos de 1 ano 0 mulheres	Sim 2 mulheres	Aposentada 1 mulher	0 a 1 salário min. 8 mulheres	BPC 0 mulheres	0 a 2 pessoas 7 mulheres	0 a 1 salário mi. 8 mulheres
De 1 a 10 anos 3 mulheres	Não 7 mulheres	Pensionista 5 mulheres	1 a 2 salários min. 1 mulher	Bolsa família 1 mulher	2 a 4 pessoas 1 mulher	1 a 2 salários mi. 1 mulher
De 10 a 20 anos 2 mulheres	---	Não recebem aposentadoria e nem pensão 3 mulheres	---	Prato cheio 0 mulheres	4 a 6 pessoas 1 mulher	---
De 20 a 30 anos 0 mulheres				Viva leite 0 mulheres		
De 30 a 40 anos 3 mulheres				Outros 0 mulheres		
De 40 a 50 anos 1 mulher						

Quadro 2: fonte: dados coletados a partir de entrevista semiestruturada com as moradoras do MCMV – condomínio Taubaté I, II e III de Campinas-SP

Camarano (2002) apresenta em sua obra questões que podemos destacar, na leitura das tabelas a respeito do perfil das idosas, considerando os atributos ocupados pelas mulheres na atualidade em seu contexto social, cujo tempo é menor às ações relacionadas ao núcleo família e os cuidados com a casa, dividindo seu tempo ao mercado de trabalho e ao núcleo familiar. Segundo os dados do SEADE (2015) Quase 30% dessas mulheres pobres participavam da economia ativa, exercendo atividades como empregadas domésticas cuja renda dificilmente ultrapassava um salário mínimo. Nossa tabela só confirma os estudos e números registrados pela Camarano (2002) e o próprio Seade (2015), tendo por consequência ganho salarial menor quando comparada aos homens na mesma faixa etária.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo observou a história de mulheres idosas chefes de família residentes no condomínio habitacional Taubaté I, II, e III de Campinas – SP, para compreender sua condição de vida, estratégias de sobrevivência, a consolidação do Estado através da inserção das políticas públicas, e a efetivação da política habitacional do município vinculado com o MCMV. Utilizou-se da história oral para captar os elementos mais significativos da trajetória vivenciada por nove mulheres por meio de entrevistas realizadas no domicílio. A história dessas mulheres evidenciou processos de rupturas e continuidades, a fragilidade da população sob o efeito dos processos de vulnerabilidade e exclusão, revelando a condição feminina de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

#### 3.1 POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Entre as questões mais abordadas está a inserção urbana do PMCMV e a segregação que o mesmo trouxe em suas vidas, no sentido de sentir fazer parte e acessar os espaços do território. O sentimento de segregação fortemente presente nos discursos dessas mulheres está restrito ao território e a ruptura com rede de apoio consolidada em comunidade. A responsabilidade da família, sociedade e do Estado em amparar a população idosa, faz parte do reconhecimento impresso no Estatuto do Idoso, porém, a realidade está distante dessa condição, podemos perceber que as políticas públicas não se apropriaram de dispositivos para promover a inserção social plena dessa população idosa de baixa renda na política de habitação, ainda necessita de uma agenda política, capaz de elaborar as políticas públicas na sua integralidade. A problemática se apresenta no entorno da diáspora econômica como impacto que afeta a capacidade das famílias em praticar os cuidados à população idosa.

No âmbito do convívio familiar, essa mudança de habitação também trouxe impactos na convivência e sobre os vínculos cotidiano estabelecidos na esfera intrafamiliar.

A longevidade traz a possibilidade de uma maior convivência familiar intergeracional, no entanto é apontada nas falas das idosas que em conjunto com a nova moradia, novos desafios acompanham essa jornada. Ao falar sobre as relações familiares intergeracionais, e sobre os apoios e cuidados mantidos pela família. Percebemos que existe um isolamento social grande por parte dos familiares, geralmente amparado nas falas sobre a distância territorial, o difícil acesso com

transporte público, e sobre a limitação do espaço e a composição familiar – espaço pequeno para famílias grandes.

Apesar desse cenário, os sentimentos, solidão e angústia frente ao distanciamento familiar ou até mesmo o abandono afetivo, nenhuma delas reconhece essa ausência de rotina sobre as visitas, como abandono afetivo, mas, também reconhecem a falta dessa proximidade, pelas questões financeiras como determinantes, o que gera insegurança sobre os espaçamentos de uma visita para outra.

### 3.2. MOTIVO DE REMOÇÃO DA ANTIGA RESIDÊNCIA

- *Por causa que lá ia ser desativado, então nós fomos obrigados a sair não que seja área de risco porque na minha casa nunca teve invasão de água, era uns três metros longe da água e quando chovia a água não invadia, eu morei 5 anos nesse lugar e depois mais 7 anos na mesma rua, aí eles falaram que iam derrubar a casa então fomos obrigados a sair, não que eu gostasse de estar aqui, o meu gosto seria de estar no meu lugar - AB1*
- *Por que minha casa ficava na beira do córrego e teve duas enchentes que atingiram a minha casa e ficou com a estrutura comprometida, aí passou a Cohab e falou que tinha que sair porque era área de risco e aí eles deram esse apartamento para a gente - AB2*
- *Por causa do rio que passa embaixo da casa – AB3*
- *Porque lá era bem perto do córrego e estavam falando pra gente que era muito perigoso e aí não podia ficar lá daí a gente teve que sair - AB4*
- *Porque eu morava na beira do córrego e era área de risco - AB5*
- *Porque era área verde - AB6*
- *É porque era área de risco e consegui fazer uma casa melhor, pois quando chovia a água vinha na parede de casa. Então o pessoal me tirou de lá, mas mesmo assim eu não queria ter saído de lá não, eu achava bom morar lá - AB7*
- *Porque lá era bem insalubre, o solo bem úmido e não havia como ficar lá - AB8*
- *Muita infiltração no teto - AB9*

A relação entre as condições de vida e a saúde da população local não fizeram parte da resposta direta das entrevistadas. Embora, de forma subjetiva, tenha aparecido em momentos involuntários e flexíveis. O cenário de vulnerabilidade socioambiental, à precariedade das condições de vida e proteção social, que tornaram o território um espaço de risco e vulnerável aos desastres naturais, como a degradação do meio ambiente não foram identificados nas falas.

Existe uma consonância entre as idosas, que aferem uma leitura reflexiva sobre o espaço que ocupavam, numa dicotomia, entre a satisfação e liberdade do espaço e os riscos e vulnerabilidades presentes, e aquelas que não reconhecem como parte de um território de risco, a maior parte delas não queriam se deslocar de lá, e lastimam a saída, ainda que os flagelos do contexto também se evidenciam na narrativa da memória.

### 3.3 - MORADIA ANTERIOR

- *Era uma casa de 4 cômodos e com a área 5 cômodos, era boa a minha casa tinha água e luz no meu nome e eu acabei saindo sem pegar nenhum valor para estar aqui* – AB1
- *Era uma casa de 4 cômodos, aí tinha 3 cômodos que era a laje e 1 quarto era telha brasilit* - AB2
- *Era uma casa de dois cômodos* - AB3
- *Por dentro tinha uma parte tinha cimento e também tinha uma parte que tentamos fazer uma reforma para tentar ficar maior pra fazer outro quarto, porque a casa só tinha três cômodos uma parte da casa era de madeira a outra parte era de cimento não deu tempo de terminar, era parecido com um barraquinho, porque não deu tempo de terminar* - AB4
- *Eu morava num barraquinho era um cômodo não tinha água encanada não tinha vaso sanitário, era bem simples* - AB5
- *Era boa uma casa de tijolos, tinha um quarto, água e luz* - AB6
- *A minha casa era de alvenaria de tijolo, era bem feita tinha uns cômodos bons, com dois banheiros, por que era duas casas* - AB7

- *Mesmo o chão sendo úmido, devido ao córrego da região, minha casa era bem arrumada, era um cômodo grande, no fundo que eu deixei a cozinha e na frente era um quarto e uma sala - AB8*

- *Era dois quartos, sala, cozinha e banheiro e tinha um quintal grande - AB9*

Podemos observar na escuta desse grupo em questão, que as referências da moradia anterior, estão para além de uma estrutura física ou vinculadas a questões materiais, eram espaços de manifestação de uma cultura imaterial, com valores e ressonância de luta, sobrevivência e muitas conquistas, particular da histórica de uma das pessoas que compunha aquele território, de modo que a significação era igual ou maior à nova moradia. A simbologia na memória eram marcas presentes nas narrativas apresentadas. É perceptível que existe uma necessidade do planejamento urbano dialogar com as necessidades do território, no sentido de garantir não só a moradia em si, mas correlacionar as políticas públicas de forma efetiva, que dialoga com as políticas públicas da cidade, consonantes com a inserção social, para garantir qualidade de vida, e, por conseguinte, qualidade na habitação do espaço e o direito à cidade.

#### 3.4 - SIGNIFICADO DE TER UM APARTAMENTO PRÓPRIO

- *Bom, tranquilo em ambas as partes, pois tenho um teto através de lá Deus preparou o meu cantinho que eu pedia muito, eu sei que lá era a minha casa eu gostava muito mas o mal cheiro de esgoto, ratos era isso que tinha muito e eu estou contente por estar aqui porque o teto é maravilhoso é limpo e eu estou feliz - AB1*

- *Eu to feliz porque pelo menos aqui não to em área de risco - AB2*

- *Pra mim significa muito, estou muito feliz - AB3*

- *A eu gostava da onde eu morava, porque lá a gente parecia ter mais liberdade aqui a gente tem que ficar seguindo algumas coisinhas né, aí fica difícil - AB4*

- *Tudo pra mim agora eu tenho meu cantinho, posso ter minhas coisinhas agora eu tenho água, gás encanado, tenho luz o que pesa mesmo é as contas né que não consigo pagar direito mais eu dou meus pulos* - AB5

- *Tudo de bom* - AB6

- *Para mim significa que a gente paga caro, mas é bom que eu estou aqui tranquila* - AB7

- *Como eu posso dizer é a mesma coisa de eu ter acertado na loteria, porque não era brincadeira não, é que vocês não viram “credo”*. - AB8

- *É bom porque tenho tudo e é tudo pago por mês e depois teremos um documento de tudo pago e a documentação do apartamento* - AB 9

Para compreender a ambivalência entre querer ficar e querer sair de área de risco, é necessário perceber o que representa a dinâmica da moradia em condomínio fechado e a proposta da casa/barraco, ainda que pequena, insalubre ou com condições pouco favoráveis.

A expressão engendrada nas entrevistadas representa o desejo pela organização, cujo condomínio deveria proporcionar, ao mesmo tempo que a distância entre os serviços públicos e acesso ao comércio aparecem como fatores negativos, representado através do distanciamento das novas moradias em relação ao aparelhamento público já fixado no território. A limitação do espaço individual provocado pela verticalização da moradia também é encarada como um aspecto negativo, pois, segundo consta, para se adaptarem ao ‘novo’ modelo de vida, deixaram para trás parte dos seus hábitos de vida, como ter muitas plantas em casa, ervas medicinais e algumas hortaliças, e quintal para transitarem e se ocuparem com outras atividades, como as celebrações em família.

### 3.5 - QUALIDADE DE VIDA

Aferida a leitura diagnóstica sobre os depoimentos das moradoras em questão, referente a qualidade de vida, observamos múltiplas facetas e dimensões social e particular, na tendência de associação entre qualidade de vida e sentir-se bem, percebemos alguns pontos em comum: saúde, sociabilidade, rede social de apoio,

atividade física, possibilidade de dar suporte e apoio em conjunto com o sentimento de utilidade.

Algumas direcionaram a resposta diretamente ao sagrado, vinculando a religiosidade à possibilidade das práticas do cotidiano, independente das questões de saúde, bem-estar, sociabilidade ou qualquer outro termo que faça composição ao conceito. Existe um sentimento de obrigação em estar bem que se destaca em todas elas – mesmo diante as queixas relatadas em outros momentos da entrevista, de forma subjetiva é perceptível o sentimento de culpa sobre as fragilidades do corpo e do psicológico e, portanto, de prontidão falar em qualidade de vida nesse grupo está diretamente vinculado a sua fé e a manifestação religiosa.

Não houve vinculação entre o quesito econômico ou outro termo com a ideia de sentir-se bem ou ter qualidade de vida.

Ao evidenciar literaturas de Rosa (1997), que realiza uma abordagem sobre o papel do Estado frente as demandas sobre o envelhecimento da população, que se torna elementar da vida. Para a autora, o Estado deve ser mediador entre o dever de contribuir e o direito de se beneficiar, da população, o que se torna frágil no contexto apresentado pelas beneficiárias do MCMV, pois registram as dificuldades e limitações sobre os serviços públicos e a acessibilidade aos seus direitos sociais.

### 3.6. AVALIAÇÃO DA HABITAÇÃO

#### **a) Segurança**

- *A segurança aqui é complicada. Aqui ninguém invadiu, ou roubou nada, mas tem coisas sendo deixada a desejar então falta segurança* - AB1

- *Não tem nada de segurança aqui* - AB2

- *Regular* - AB3

- *Segurança não tem, gostava da onde eu morava lá eu conhecia todo mundo as vizinhas aqui eu não conheço ninguém, aqui os moleques ficam na rua fumando a noite então é um perigo as meninas vêm da escola ficam passando lá é muito perigoso*  
- AB4

- *Pra mim é uma beleza né* - AB5

- Boa - AB6
- *É tudo bem, graças a Deus, me sinto segura sim e não acho ruim não* - AB7
- *A segurança para mim é ótima não tenho nada a reclamar* - AB8
- *É bom, me sinto segura* - AB9

**b) Acesso a serviços públicos (Centro de Saúde, Cras)**

- *Muito bom, tem um Cras aqui se a gente precisar é bem atendida até hoje não tenho o que reclamar, sobre a saúde também não tenho o que reclamar quando eu precisei fui bem atendida tanto no posto quanto no upa* - AB1
- *Olha o posto tá ruim porque ainda estão reformando o nosso posto aqui do São José então a gente tá indo tudo no Oziel, então tá muito lotado e às vezes não tem como eles atenderem todas as pessoas. No Cras eu fui uma vez porque eu queria fazer um curso e até hoje não me chamaram* - AB2
- Bom - AB3
- *Não é muito bom não, no posto de saúde não tem médico às funcionaria olha com a cara ruim, manda a gente senta lá e esperar, esperar a morte chegar né, elas falam para a gente que tem que agendar, só atende quando eles querem, fazem pouco caso da gente. Cras é bom porque tem umas atividades mais é muito longe. Eu acho que dava pra melhorar sabe as coisas que tem lá* - AB4
- *O posto de saúde, nossa eu acho um descaso tenho que andar muito até chegar lá e eu que já sou velha se acha que eu aguento. O Cras acho ótimo* - AB5
- *Boa não tenho o que reclamar* - AB6
- *Quando eu vou é tudo certo, preciso fazer uma série de tratamento, mas já está tudo marcado* - AB7
- *É tudo normal*- AB8
- Bom - AB9

As informações registradas através das Secretarias Municipais de Saúde e Educação indicam que suas unidades têm área de abrangência definida e essas famílias residentes no cenário atual do residencial vilas Taubaté, já estavam integralizados como parte dos atendimentos prestados pelos equipamentos públicos, tendo em vista, que as famílias foram deslocadas de residência e não de território, não gerando acúmulos no número de atendimentos do serviço público ofertado para os moradores da região. No entanto, entre as entrevistadas, foi inevitável observar o descontentamento sobre as necessidades existentes e a oferta disponibilizada pelos serviços locais - destaque a saúde como alvo do descontentamento - muitas destacam a falta de recursos humanos para um atendimento ágil e com qualidade, ou a falta de vontade dos servidores.

A distância também está marcada como um novo fator, embora a questão da falta de recursos humanos faça parte de uma reclamação que antecede a construção do condomínio.

### **c) Amizade e convívio**

- *Bom, tranquilo não tenho o que reclamar dos meus vizinhos, aqui pra mim me dei bem, fui bem acolhida* - AB1

- *Boa, não tenho o que reclamar* - AB2

- *Bom, porque cada um fica no seu canto* - AB3

- *Amizade e convívio eram melhor na onde eu morava aqui as pessoas são mal-educadas ninguém quer saber de ninguém se quiser até roubar minha casa rouba porque o povo não ta nem aí com ninguém* - AB4

- *Eu entro na minha casa e saí não falo com ninguém* - AB5

- *Boa falo com todo mundo* - AB6

- *Boa, todo mundo aqui gosta de mim e eu converso com todo mundo* - AB7

- *Não tenho muito amizade, é muita fofoca, então prefiro ficar no meu canto* - AB8

- *Boa* - AB9

É interessante a subjetividade que as narrativas apresentam em relação a

mudança, de forma não direta, a relação entre o convívio e ruptura com outras pessoas e a convivência social e familiar, seja pelo animal de estimação, ou pelos vizinhos que se colocavam como rede de apoio – seja pelas festividades não cabidas mais em seus quintais. Garantir essa relação de convívio com a família e com amigos está diretamente relacionada com a saúde, bom humor e felicidade. Talvez essas questões que impactaram na cultura dessas mulheres, na convivência e nas festividades, tenham correlação com o descontentamento pela mudança. Nas falas observamos que as mudanças nas relações sociais impactaram e trouxeram questões negativas, no sentido de memória, e identidade com a sua própria história. Fica a nostalgia de uma rede de apoio fortalecida no passado, que no presente se depara com o espaço limitado ao apartamento, à escada que também apareceu como determinante, à falta de acesso aos serviços públicos, à troca a partir de contatos relacionais.

Podemos perceber bem como debate Camarano (2001) o quesito da qualidade de vida, como algo que está para além do conjunto físico do indivíduo, com apontamentos que colocam em questão a delimitação do seu início, pois, segundo a autora, não se trata apenas de garantir a ausência de doenças, mas também, sobre as influências das condições sociais, econômicas, regionais, culturais, étnicas e de gênero, além da sua própria percepção. Isso porque existem fatores sociais que condicionam o indivíduo à limitação da qualidade de vida, como percebemos ao longo desse trabalho, evidenciado através das entrevistas realizadas com as mulheres idosas.

## **ENTREVISTAS COM ASSISTENTES SOCIAIS**

*\* perguntas respondidas tendo como base a experiência vivenciada no município de Campinas e o MCMV direcionado para a faixa 1 de renda.*

A Secretaria de Habitação do município, é um órgão pensado e direcionado para formular, coordenar e executar a política municipal de habitação, tendo como premissa, elaborar e implantar programas, visando a produção de empreendimentos habitacionais de interesse social, entre regularização fundiária, e reassentamento de moradores de áreas de risco ou áreas impróprias para a moradia.

As entrevistas aconteceram juntamente com profissionais do serviço social que atuam no campo da habitação da cidade e estão vinculados com a secretaria de

habitação. As informações obtidas neste estudo de campo, descreve um pouco a vivência e a percepção profissional na área de atuação habitacional, as lutas, os desafios e avanços, cujo trabalho diário está diretamente vinculado ao público em questão e na sua maior parte, à execução do programa MCMV.

As questões foram formuladas pensando nas contribuições para a dialética da observação, cujo cotejamento necessário se propõe a garantir as duas perspectivas da política pública e aqueles que são beneficiados por tal. O objetivo de entrevistar os profissionais foi apresentar o olhar de quem executa e discute a política de habitação da cidade, perceber suas limitações e experiência no entorno da garantia do direito a moradia.

**- Política Habitacional, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Programa Minha Casa Minha Vida.**

*- Entendo que objetivo principal do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social é de implementar as políticas habitacionais, através de programas, para promover o acesso à moradia para a população de baixa renda. A referida implementação ocorre, mas não como deveria ser. O acesso à uma moradia adequada não é a realidade de grande parte da população, o que, ao meu ver, no Brasil ocorre apenas no papel.*

*- O Programa Minha Casa Minha Vida oferece a habitação, porém, em muitos casos, longe de ser uma moradia adequada. Primeiramente essas famílias são “retiradas” dos locais onde residiam há anos, onde possuíam vínculos e toda uma rede de assistência. De repente são “transferidas” para apartamentos pequenos, passam a ter que viver em condomínios e a arcar com despesas que não possuíam e não são preparadas para essa mudança de vida, onde terão toda a cultura que adquiram ao longo da vida “desconstruída”. São empreendimentos localizados muito distantes da malha urbana e não possuem equipamentos públicos adequados. Sem falar nos problemas construtivos apresentados. Portanto, o Minha Casa, Minha Vida resolve apenas o problema de moradia, mas ocasiona vários outros que a família não possuía.*

– AP1

*- De extrema importância, enquanto conquista de políticas públicas na área de habitação. Nosso país é extremamente excludente no que concerne ao acesso à*

*moradia digna, exhibe e mantém uma injusta divisão de renda e da riqueza produzida, transformando a enorme quantidade de pessoas e famílias em situação de exclusão habitacional em um problema estrutural. Sendo assim, não importa o nome do programa que estabeleça subsidie financeiramente o acesso à moradia, com a participação de recursos públicos e privados. Importa sim a manutenção dessas conquistas, que tem, junto a elas estimulado o crescimento de outras áreas, como o a construção civil, emprego e renda etc - DP2*

*- O que constatamos atualmente é um descaso com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, bem como com o Programa Minha Casa, Minha Vida. A extinção do Ministério das Cidades e a falta de compromisso com estes programas são visíveis. Cabe ressaltar que o Programa Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Programa Minha Casa, Minha Vida possui alguns entraves, porém tem sido a única forma das famílias de baixa renda terem acesso a moradia digna*

*- Nestes programas cabe ao poder público municipal providenciar a área para construção dos empreendimentos e considerando que a terra é muito cara, por conta da especulação imobiliária, na maioria das vezes estes conjuntos habitacionais foram construídos em locais muito distantes do centro, nas periferias dos grandes centros urbanos. Porém as famílias necessitam de outras políticas públicas, além da habitação, educação, assistência social, saúde, esporte, lazer e transporte público entre outros. Além disto a remoção destas famílias na maioria das vezes do seu território de origem faz com estas percam os vínculos com seus familiares, vizinhos e profissionais dos equipamentos sócias que frequentavam: Creche, escola, centro de saúde .... Todos estes fatores são empecilhos para que a família permaneça em sua nova moradia. Cabe ressaltar que haveria condições de se construir mais próximo dos centros urbanos, utilizando instrumentos do Estatuto da Cidade e estabelecendo parcerias com o Estado e setor privado para que possa ser viabilizado estes empreendimentos – LP03*

*- Habitação de interesse social, é um tipo de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse social*

*(SNHIS) tem como diretriz principal, dar prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda como por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). O MCMV é um Programa Federal em parceria com os estados, municípios, empresas e entidades para a construção e oferta de moradias com subsídios e baixas taxas de juros.*

*- A meu ver, ambos são importantes mecanismos de inclusão da população de baixa renda na aquisição de moradias dignas, pois quando uma demanda é legalmente reconhecida e absorvida pelo Estado ela torna uma política pública; significa que os bens e serviços deixam de ser vistos apenas como um direito privado, ou seja, direito somente a quem paga por eles – NP04*

*- Vejo que a intenção foi boa referente dar uma moradia as pessoas com baixa renda, ou seja, de 0 a 1 salário-mínimo, para dar dignidade para essas famílias, pagando apenas um valor muito pequeno, mas essas famílias, ou na sua grande maioria não estava acostumada a morar de forma vertical, onde ocasionou vários problemas, também a sua cultura era diferente ao pagamento de água, luz e condomínio. Isso foi um grande dificultador em relação a nós AS na questão de socializar e explicar a importância de tudo isso. Acredito ainda, que o PMCMV foi o melhor programa até hoje na questão de moradia – RP05*

A habitação nas últimas décadas superou a compreensão puramente da dinâmica do espaço físico, entre o teto e a moradia. A discussão amadureceu no país, e nos debates teóricos e passou a caracterizar a habitabilidade em um sentido mais amplo e composto pelos serviços públicos das diversas áreas. Em conjunto com acessibilidade e o próprio direito à cidade, no sentido de acessar os serviços públicos e garantir os direitos primários da dignidade humana que interfere diretamente no processo de desenvolvimento dos indivíduos. Neste sentido, a residência passou a ocupar um lugar no debate que supera os muros de uma casa, e dialoga diretamente com os aparelhos públicos e a responsabilidade do Estado frente a garantia de direitos.

Atualmente o olhar e o debate acerca da política de habitação está cada vez mais amplo evidenciando assim, várias expressões da questão social, a limitação do Estado e a necessidade de uma atuação incisiva do Serviço Social, na busca por garantir e compreender a vista do Estado a mínima condição de habitabilidade. No sentido de uma confluência entre a propositura do Programa MCMV, e as aplicabilidades das leis, pois, para a autora o programa se passava por “planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, leis para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns”, numa avaliação que fugia às necessidades do território e caminhava a lentos passos ao encontro de um direito à moradia efetiva.

Podemos observar diante aos relatos dos profissionais da assistência social, que acompanhou a implementação do programa aqui em Campinas, a problemática habitacional, é uma constante e o programa não atende a toda a demanda. Embora limitada, ainda sim o MCMV representa um marco histórico na política habitacional. E que tem por necessidade um olhar para a sua dimensão, para ultrapassar as paredes e dialogar com outras políticas públicas, capazes de garantir de maneira efetiva os direitos sociais dessas idosas chefes de família.

#### **- Mulher idosa chefe de família e a contribuição do programa de habitação popular**

*- Quando a mulher idosa chefe de família consegue ser contemplada, tendo em vista que a seleção se dá através de sorteio ou indicação por residir em área de risco, ela consegue resolver o seu problema habitacional, tendo automaticamente uma melhoria em sua qualidade de vida, o que muito provavelmente não seria possível tendo em vista sua condição na sociedade (idosa e chefe de família). Em caso de sorteios, o fato de ser idosa e chefe de família, ela tem uma chance maior que os demais candidatos, porém não é garantia de atendimento. Portanto, desconheço um programa específico para o público alvo em questão. – AP1*

*- Por lado garante a primazia e o direito de ser a proprietária do imóvel, tanto porque, muitas mulheres têm em seu histórico o “arrimo de família”. Por outro lado, como no Brasil as políticas de inclusão habitacional, não contaram com o desenvolvimento paritário das políticas de valorização do trabalho e da renda da mulher, a não ser*

*conquistas no sentido da proteção à mulher contra a violência doméstica etc. Percebe-se esta “mulher idosa”, em um número considerável, refém das condições de vulnerabilidade de seus familiares, ou seja, nesta altura da vida ser ainda a provedora do lar - DP2*

*- Considerando que efetivamente não se tem construído novos empreendimentos, lotes urbanizados ou outros programas habitacionais, os idosos como toda população de baixa renda estão sem atendimento. O Estatuto do idoso prevê reserva de 3% das habitações para os idosos, quando da construção de um empreendimento habitacional. Porém sabemos que esta quantidade de habitações é insuficiente para atender a demanda – LP03*

*- A criação desses programas não possui somente uma contribuição no que se refere ao atendimento dessa população, mas sim, já é o reconhecimento e a resposta do Estado a esse tipo de demanda. Além do critério principal de renda, há dois outros critérios importantes desses programas, o de que as mulheres chefes de família devem ser as titulares desses imóveis e o de que uma porcentagem deve ser destinada a idosos. A mulher idosa chefe de família atenderia a esses dois critérios simultaneamente.*

*Ao afirmar que o número de mulheres idosas chefes de família vem aumentando, podemos concluir que esse universo é muito grande e que elas continuam como mantenedores dos lares mesmo na velhice – NP04*

*- A contribuição é pequena no programa minha casa minha vida, pois apenas 3% da população idosa é contemplada com esse programa. Depois atuamos nos TTS dentro dos empreendimentos, através de palestras, rodas de conversas e damos encaminhamentos aos equipamentos públicos quando necessário – RP05*

### **3.7 - O SERVIÇO SOCIAL NA ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES IDOSAS CHEFES DE FAMÍLIA NA MORADIA POPULAR**

*- O Trabalho Técnico Social, nos empreendimentos do MCMV, recebe uma responsabilidade desafiadora. Ele vem como a única resposta do Poder Público, de elevar a qualidade de vida dos moradores. Um trabalho técnico social bem*

*desenvolvido, é de fundamental importância e com certeza irá contribuir com a melhoria da qualidade de vida, porém não resolve a problemática encontrada no contexto onde as famílias foram inseridas (falta de acesso às políticas públicas, geração de renda (o que nem sempre é possível ser promovida pelo TTS), entre outros. Acredito que as mulheres idosas chefes de famílias estão inseridas nesse mesmo contexto. Desconheço se há algum tipo de trabalho pontual com esse grupo – AP1*

*- O Trabalho Técnico Social nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, conhecido pela sigla TTS, em um dos eixos de atuação, preconizados pelo então Ministério das Cidades, a saber, “Mobilização e Organização Comunitária”, desenvolve várias ações com idosos, desde palestras com profissionais da área de geriatria; atividades com o conselho municipal do idoso, a atividades intergeracionais; integrando pessoas de diferentes idades, no espaço de convivência nos condomínios para a construção de vínculos saudáveis. Apesar das ações e atividades compreenderem tanto homens quanto mulheres, as mulheres participam em maior número, com grupos e temáticas diferenciadas - DP2*

*- A maioria dos empreendimentos são verticalizados, desta forma as famílias possuem dificuldades em se adaptarem neste tipo de moradia, principalmente os idosos, que preferem moradia térreas, pois esta foi sua realidade por muitos anos.*

*Acredito que o serviço social, pode ser um motivador para que o idoso possa se apropriar do seu novo território, ser facilitador para construção de novos vínculos com a vizinhança e estabelecendo um sentimento de pertença a seu novo local de moradia.*

*- Cada conjunto habitacional possui suas especificidades, mas pode se pensar em hortas comunitárias se o espaço do condomínio permitir, a família pode ter uma alimentação mais saudável, plantar ervas, temperos. Mas o mais importante é partir da realidade e necessidades dos idosos do local, elaborando um diagnóstico dos desejos e sonhos possíveis dos idosos – LP03*

*- O papel do serviço social é de essencial importância nesses projetos de habitação popular. Como o SS trabalha com a mediação entre os indivíduos e as demandas, ele deve possibilitar, através de um conjunto de ações, a melhoria efetiva nas condições de vida da população e minimizar os eventuais impactos negativos no processo de adaptação à nova moradia, não se restringindo somente ao recebimento de um imóvel. Sendo assim, como principal desafio destaco o acesso à rede de serviços locais, pois os empreendimentos de habitação popular geralmente concentram um número grande de novos moradores no território, com tais mudanças os serviços existentes (quando há) ficam sobrecarregados. Além do mais, mulheres idosas demandam serviços específicos de saúde, segurança, etc – NP04*

*- Nós enquanto AS, podemos orientar essas mulheres na construção da sua alta estima, através das rodas de conversa ou até pelo atendimento individual, realizado pelos plantões, orientar referente a voltar a estudar, a PUC oferece cursos para a melhor idade sem custo. Oferecer cursos profissionalizantes, mesmo aposentada ela pode desenvolver seus trabalhos, se sentir útil, mostrar o quanto ela é importante para ela mesmo e ser feliz – RP05*

Percebemos que os assistentes sociais entrevistados nessa pesquisa, vinculados com o trabalho social nos Condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) aludem em sua função, mediar as relações entre Estado e sociedade referindo-se às demandas das famílias beneficiárias quanto à necessidade de atendimento na rede de serviços públicos, o que vai ao encontro com sua função descrita pelo Ministério das Cidades, que é de possibilitar a superação entre os limites da ação localizada, buscando a inserção social das famílias e a inserção urbana dos empreendimentos.

No entanto, também observamos que existe um dificultador entre essa mediação, presente no próprio Estado, que não planejou a inserção da habitação em conjunto com a inserção urbana e outras políticas públicas, devido aos interesses privados, criando demandas e outras especificidades. O Serviço Social acaba ficando em sua atuação, frente à falta de infraestrutura pública, ou, ao distanciamento e à condição de mobilidade da família para com os serviços, afetando diretamente a qualidade de vida dos beneficiários do programa habitacional.

Desse modo, fica evidente que o combate ao déficit habitacional e o acesso à moradia digna, a partir do MCMV, se limita na prática, à construção de unidades

habitacionais, que, por conseguinte, traz impactos, no direito à cidade e no acesso a novos patamares de cidadania e qualidade de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi discutir e analisar os impactos na qualidade de vida das mulheres idosas chefes de família de Campinas, após a contemplação pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida – MCMV, levando em consideração o sentido por elas atribuído ao acesso a esta e outras políticas de inclusão social.

Para tanto, procuramos inicialmente realizar um cotejamento literário para compreender a inserção da mulher idosa na família e na sociedade, problematizando a relação entre envelhecimento, qualidade de vida e políticas sociais. Foram entrevistadas mulheres idosas chefes de família, a partir dos sessenta anos, conforme o corte etário utilizado pela Política Nacional do Idoso, e moradoras do condomínio Residencial Taubaté I, II e III.

O Programa Minha Casa, Minha Vida é na atualidade a maior ação governamental para redução do déficit habitacional, de impacto social, disponibilizando residências a baixo custo para milhões de famílias brasileiras. No entanto, seu objetivo social não se referia apenas às questões sociais, ele também foi um importante projeto no campo econômico, como medida para enfrentar os efeitos da crise financeira global deflagrada em 2008 no Brasil. Evidenciando medidas de interesses privados, que tencionaram as alocações de unidades habitacionais para territórios próximos à malha viária com pouco desenvolvimento e estrutura pública no seu entorno, e trouxe reflexo na qualidade de vida e na mobilidade urbana da população idosa e aos beneficiários do programa habitacional.

Nesse sentido, pouco levou em consideração a necessidade de evitar reproduzir os padrões de segregação socioespaciais, que impactou diretamente na acessibilidade das agendas de políticas públicas do município, e sobre as necessidades dos serviços básicos.

Percebemos que as histórias de vida dessas mulheres revelaram um processo de rupturas e continuidades entre a inserção, ao mesmo tempo que se faz a manutenção da exclusão na agenda das políticas sociais, ficando um questionamento sobre: que tipo de qualidade de vida o Estado garante para a população beneficiada do MCMV, fadada pela marca da exclusão social e suas limitações territoriais, que reflete diretamente sobre o sentimento e a propriedade do tipo da qualidade de vida que essas idosas enfrentam? Ou ainda, que tipo de qualidade de vida é possível diante de uma linha tênue, entre inserir e excluir frente às políticas sociais?

O enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, faz com essas idosas superem suas vivências negativas e encontrem forças baseadas no sagrado de cada uma, para reconstruir suas trajetórias de vida e de necessidades.

O que se desvelou, nesse estudo, cujos objetivos iniciais foram atingidos, refere-se às manifestações da exclusão social na vida dessas mulheres de forma evidente, mas também com a subjetividade de quem vem de uma rotina de desajustes sociais e flagelos, que já são oriundas de famílias pobres, que sofrem o efeito dos múltiplos processos de vulnerabilidade e exclusão. Isso demonstra que apesar das dificuldades apresentadas no tocante à regularização fundiária, o desafio que ainda se faz necessário lembrar, refere-se nitidamente ao envolvimento dos gestores estaduais e municipais na execução das políticas habitacionais do município, de forma ampliada e articulada com as demais políticas públicas. A habitação supera muros e precisa ser olhada necessita ser olhado com a integralidade que o ser humano necessita, para além dos muros de uma construção.

Concluimos que “o planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, leis para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns” se faz presente e dificulta a ruptura de um período que a cada passo, alimenta o ciclo de violação dos direitos frente ao Estado e suas mazelas com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. J. **O problema das mulheres que trabalham como mulheres**. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p.13. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html) Acesso em 08 maio 2020.
- BIEGER, J. et al. **O Envelhecimento (como) expressão da Questão Social e algumas considerações pertinentes ao Exercício Profissional**. In: CONGRESSO CATARINENSE DA ASSISTENCIA SOCIAL, Florianópolis: Cbas, 2013. p. 1 - 6. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-envelhecimento-como-express%C3%A3o-da-quest%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2020.
- BOBBIO, N. **O tempo da memória**: de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BONDUKI, N. **Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida**. Teoria e Debate. v. 82, p. 8-14, 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/> Acesso em: 13 out de 2019.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso. Lei Nº 10.741. Brasília, DF**: Presidência da República, 2003. Dignidade no avançar da idade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 07 set 2019.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742**. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm) Acesso em: 07 set 2019.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS – NOB-SUAS**, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF [2004]. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf) Acesso em: 07 set 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 101. ed. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 13 nov. 2019.
- BRASIL. **Caderno MCIDADES HABITAÇÃO: Política Nacional de habitação 4**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf> Acesso em: 15 out. 2019.
- BRASIL. **Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm). Acesso em 8 de maio de 2020.
- CAMARANO, Ana Amélia e PASINATO, Maria Tereza. **Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária: como ficam as mulheres?** Texto para Discussão nº 883. Rio de Janeiro, Ipea, 2002. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2728/1/TD\\_883.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2728/1/TD_883.pdf)> Acesso em: 10 set. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia. A demografia e o envelhecimento populacional. **Envelhecimento e saúde da pessoa Idosa**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca Fiocruz, São Paulo, v. 2, n. 3, p.1-24, 27 fev.2012. Disponível em: <[http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_577264946.pdf](http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_577264946.pdf)>. Acesso em:14 out. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia e EL GHAOURI, Solange Kanso. **Famílias com idosos: ninhos vazios?** Texto para Discussão nº 950. Rio de Janeiro, Ipea, 2003. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0950.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0950.pdf). Acesso em 25 set.2019.

CAMARANO, Ana Amélia. **Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?** Estudos avançados. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63. 2003. Disponível em:[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300004) Acesso em: 11 maio 2020.

CAMARANO, Ana. A.mélia; El Ghaouri, S.K. Famílias com idosos: ninhos vazios? Rio de Janeiro; IPEA; abr. 2003. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td\\_0950.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_0950.pdf). Acesso em: 04 jun 2020.

CARVALHO, M. L. S. **A mulher trabalhadora na dinâmica da chefia familiar**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, n.1, p.7-33,1998.

FREIRE, S.A. **Envelhecimento bem-sucedido e bem-estar psicológico**. In: A. L. Neri & S. A. Freire. (Orgs.), E por falar em boa velhice. (p.-21-31). Campinas: Papirus. 2003.

FUNDAÇÃO SEADE. **Mulheres pobres têm menos presença no mercado de trabalho**. 2015. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/mulheres-pobres-tem-menos-presenca-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 09 maio 2020.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo, Atlas, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados de 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/lojavirtual](http://www.ibge.gov.br/lojavirtual)> Acesso: 01 nov. 2019

IPEA. **Previdência social**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_13/PrevidenciaSocial.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/PrevidenciaSocial.pdf)> Acesso em: 10 set. 2019.

JUNGES, J.R. (2007). **Vulnerabilidade e Saúde**: limites e potencialidades das políticas públicas. In: Barchifontaine, C.P. & Zoboli, E.L.C.P. (Orgs.) Bioética, vulnerabilidade e saúde, 110-138. São Paulo (SP): Centro Universitário São Camilo. <https://scielosp.org/article/sausoc/2017.v26n4/932-942/>

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, p.143.

LOUREIRO, M. R.; MACÁRIO, V. e GUERRA, P. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida**. Texto para Discussão 1886. Brasília, Ipea. 2013. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2234/1/TD\\_1886.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2234/1/TD_1886.pdf)> Acesso em: 10 set. 2019.

MINAYO, MCS. **Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

<[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_livros/18.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_livros/18.pdf)> Acesso em: 06 out. 2019.

NERI, A.L. O fruto dá sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In A.L. Neri (Org.). **Maturidade e velhice: trajetórias individuais e socioculturais**. Campinas: Papyrus. p 11-52. 2001.

PINHEIRO L. (Distrito Federal). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça**. 2009. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/retrato/outros\\_produtos.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/outros_produtos.html). Acesso em: 09 maio 2020.

ROSA, Maria João Valente. **Envelhecimento demográfico**: proposta de reflexão sobre o curso dos factos. *Análise Social*, Lisboa, v. 139, n. 5, p.1183-1198, maio 1996. Disponível

em:<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396536I8vQY0ea3Wi28YJ8.pdf>> Acesso em: 01 set 2019.

SABÓIA, Ana Lúcia; SOARES, Cristiane. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “Feminização da Pobreza”. *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, n. 4, p.53-71, abr. 2004. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31032/18121>> Acesso em: 03 set 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,

TEIXEIRA, Solange Maria; RODRIGUES, Vanessa da Silva. **Modelos de família entre idosos: famílias restritas ou extensas?** *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Piauí, v. 12, n. 2, p.239-254, 4 jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v12n2/1981-2256-rbagg-12-02-00239.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

**APÊNDICE 1****FORMULÁRIO DE PESQUISA****A. IDOSA CHEFE DE FAMÍLIA**

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Estado Civil: ( ) Casada ( ) Solteira ( ) Separada  
( ) Divorciada ( ) Viúva ( ) União Estável
3. Naturalidade: \_\_\_\_\_
4. Escolaridade: ( ) Não alfabetizado ( ) Ens. fund. incompleto  
( ) Ens. fund. completo ( ) Ens. médio incompleto  
( ) Ens. médio completo ( ) Ens. superior
5. Já trabalhou? Sim ( ) Não ( )
6. Quanto tempo trabalhou? \_\_\_\_\_
7. Ainda trabalha? Sim ( ) Não ( )
8. Aposentada ou Pensionista? Sim ( ) Não ( )
9. Qual a sua renda atual? \_\_\_\_\_
10. Recebe algum tipo de benefício:  
BPC ( ) Bolsa Família ( ) Prato Cheio ( ) Viva Leite ( )  
Outros: \_\_\_\_\_
11. Quantas pessoas residem com você? \_\_\_\_\_
12. Quantas pessoas na sua casa trabalham além de você? \_\_\_\_\_
13. Qual a média da renda familiar?  
a) 0 a 1 salário mínimo – R\$ 0 a R\$ 998,00 ( )  
b) 1 a 2 salário mínimo – R\$ 998,00 a 1996,00 ( )  
c) 2 a 3 salários mínimos – R\$ 1996,00 a 2,994,00 ( )  
d) Acima de 3 salários mínimos

**B. POLÍTICA DE HABITAÇÃO**

1. Por que você foi removida da sua antiga residência?
2. Como era sua moradia anterior ao apartamento?
3. O que significa para você ter o seu próprio apartamento?

**C. QUALIDADE DE VIDA**

1. Como você avalia a sua habitação e o local onde mora sob os seguintes aspectos:

- a) Segurança
- b) Acesso a serviços públicos (Posto de Saúde, Cras)
- c) Amizade e convívio
- d) Qualidade de vida

2. Você acha que falta alguma coisa para você viver melhor? Sim ( ) Não ( )

Se sim, o que?

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,

R.G: \_\_\_\_\_, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada na pesquisa de campo referente ao projeto de trabalho de conclusão de curso intitulado: Qualidade de vida da mulher idosa chefe de família em um programa de habitação: desafios para o serviço social, sob a responsabilidade da aluna: Brenda Carolina Cardoso domingos e orientado pela Profa. Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá, desenvolvida através da Faculdade de Serviço Social – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Fui informada, ainda, de que poderei contatar/ consultar a orientadora, a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone nº (19) 3343-7019 ou email: [fss.cchsa@puc-campinas.edu.br](mailto:fss.cchsa@puc-campinas.edu.br).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é a análise da questão da mulher idosa chefe de família num programa de habitação e ação do serviço social na elevação do seu nível de qualidade de vida.

Fui também esclarecida que o uso das informações por mim oferecidas, são submetidas às normas éticas destinadas a pesquisas envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Minha colaboração se fará de forma autônoma, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada/ acessada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e ou sua orientadora.

A aluna responsável pela pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura da participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da aluna: \_\_\_\_\_